

# Plano de Resiliência Campinas 2017 - 2020



**PREFEITURA DE  
CAMPINAS**  
A FORÇA DA INOVAÇÃO



**DEFESA CIVIL  
CAMPINAS**

Apoio e Colaboração:



Plano de Resiliência  
Campinas  
2017 - 2020



# Plano de Resiliência de Campinas 2017 - 2020

Produzido pela Defesa Civil de Campinas em conjunto com a AI Systems Research - AISR® através da iniciativa Making Smart Cities.

Copyright ©2017 - Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, gravação, digitalização ou outros, exceto conforme permitido pelas leis nacionais aplicáveis, sem a prévia autorização por escrito dos editores.

Aviso Legal - Limite e Isenção de Responsabilidade: Embora os editores e os autores tenham utilizado seus melhores esforços na preparação deste documento, eles não fazem nenhuma declaração ou garantia com relação à exatidão ou integridade do conteúdo deste documento. Nem os editores e nem os autores serão responsáveis por qualquer perda de lucro, prejuízo ou quaisquer outros danos, incluindo mas não limitado a danos especiais, incidentais, consequenciais ou outros.



**Jonas Donizette**  
Prefeito Municipal de Campinas

**Henrique Magalhães Teixeira**  
Vice-Prefeito

**Michel Abrão Ferreira**  
Secretário Municipal de Governo

**Sidnei Furtado Fernandes**  
Diretor do Departamento de Defesa Civil de Campinas  
Promotor no Brasil da Campanha "Construindo Cidades Resilientes:  
Minha cidade está se preparando" - UNISDR

**Artur Vasconcellos Araujo**  
Diretor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campinas

**Valdira De Santis Mota**  
Coordenadora de Gerenciamento de Desastres  
Departamento de Defesa Civil

**Barbara Eliana dos Santos**  
Estagiária do Departamento de Defesa Civil  
Prefeitura Municipal de Campinas

**Fernando Perez de Britto**  
Diretor da AI Systems Research Ltda. - AISR  
Ponto Focal do UNISDR ARISE para a América do Sul e Caribe e para o Brasil  
Membro do Advisory Group do UNISDR ARISE

**Johanna Granados**  
Consultora de Risco Urbano  
United Nations Office for Disaster Risk Reduction  
UNISDR - Americas

**Luisa Pareja**  
Estagiária  
United Nations Office for Disaster Risk Reduction  
UNISDR - Americas

Os representantes abaixo relacionados, nomeados através de portaria publicada no Diário Oficial do Município – DOM, auxiliaram na elaboração do Relatório de Autoavaliação, denominado LGSAT, correspondente ao 1º e 2º ciclos da Campanha “Construindo Cidades Resilientes”.

Comitê da Cidade Resiliente – CCR  
Decreto nº 18.045 de 24 de julho de 2013

Portaria nº 80.688/2013 de nomeação dos membros

Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete do Prefeito

Departamento de Defesa Civil  
Titular: Sidnei Furtado Fernandes  
Suplente: Valdira de Santis Mota

Departamento de Informatização  
Titular: Adriano Capobianco  
Suplente: Eder Cláudio Foga

Departamento do Centro Integrado de Monitoramento de Campinas  
Titular: Nelson Cayres  
Suplente: Cesar Cury

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social  
Titular: Eliane Jocelaine Pereira  
Suplente: Carmen Magda Ghetti Senra

Secretaria Municipal de Saúde  
Titular: José Benedito Bortoto  
Suplente: Maria Rodrigues Naves

Secretaria Municipal de Serviços Públicos  
Titular: Márcia Calamari  
Suplente: Nelson Ribeiro Machado

Secretaria Municipal de Comunicação  
Titular: Michele Médola de Carvalho  
Suplente: Odair Leitão Alonso

Secretaria Municipal de Urbanismo  
Titular: Marcelo Cândido de Oliveira  
Suplente: Eduardo Nogueira Maudonnet

Secretaria Municipal de Habitação

Titular: Maria Lucia Silva

Suplente: Arlindo Dutra da Silva

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA

Titular: Alessandro André Álvés

Suplente: Paulo Sérgio Vicinança

Secretaria Municipal do Verde e do Desenvolvimento Sustentável

Titular: Janete do Prado Alves Navarro

Suplente: Adilson Claudio Barros

Centrais de Abastecimento de Campinas - CEASA

Titular: Jairo Leite

Suplente: Elton TAMILHEIRO

Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas - EMDEC

Titular: Carlos Aparecido de Lima

Suplente: Márcio Alexandre Ribeiro

Secretaria Municipal de Trabalho e Renda

Titular: Valter dos Santos, matrícula

Suplente: Jefferson Rodrigo Ramos

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Turismo

Titular: Guilherme Parra Camargo

Suplente: Joaquim de Castro Tibiriça

Secretaria Municipal de Direito da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida

Titular: Luiz Gustavo Merlo

Suplente: Camila Aparecida Trajano Foga

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

Titular: José Adhemar de Gasperi,

Suplente: José Ricardo Marchesini Amaral

Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

Titular: Carlos Roberto Longuini

Suplente: Anderson Gonçalves

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Andréa Camilo das Graças

Suplente: Paulo Cesar Garcia Pozzi

Serviços Técnico Gerais - SETEC

Titular: Marnen Estrela Viccari Barbosa

Suplente: Eduardo Moraes Rosseto



# Conteúdo

Prefácio - Campinas	13
Prefácio - UNISDR	15
<b>Campinas</b>	
<hr/>	
Dados sobre Campinas	18
Campinas Hoje	21
Visão de Futuro	22
Principais Ameaças	23
<b>Estratégia de Resiliência</b>	
<hr/>	
Definição de Resiliência	26
Resiliência e Governos Locais	27
Importância para a Cidade	28
Atores Envolvidos	29
Setor Privado	30
Integração entre Acordos, Assuntos e Atores	31
Resiliência e os Acordos	32
<b>Ferramentas</b>	
<hr/>	
Gestão de Conhecimento	36
Gestão de Inovação	37
Gestão Analítica de Riscos	38
Participação Comunitária	39
Gestão de Proteção Civil	40

# Conteúdo

## Plano de Ação

---

Gestão de Riscos	46
Metodologia e Processos	48
Indicadores	50
Projetos e Ações - Progresso	55

## Conclusão

---

Conclusão e Direcionamentos	64
-----------------------------	----

## Anexo

---

Projetos e Ações - Descrição	68
------------------------------	----





## Prefácio - Campinas

Desenvolver políticas públicas de modo a tornar Campinas uma cidade preparada para enfrentar e superar adversidades foi o objetivo primordial dessa obra.

O Plano de Resiliência de Campinas 2017 - 2020 reúne em suas páginas os melhores esforços do poder público municipal em proporcionar à população condições de vida dignas.

Foi uma longa jornada. A participação do governo municipal e da sociedade civil rendeu frutos que esse trabalho tem agora a honra de mostrar não apenas à cidade, mas a todos no mundo interessados em conhecer melhor nossa experiência.

Campinas teve a honra de ser apontada, pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), como "Cidade Modelo" em prevenção e resiliência. Isso ocorreu em maio de 2013. Esse reconhecimento tornou-se um motivador extra para que o município continuasse a aperfeiçoar suas práticas e seu planejamento, de modo a manter esse nível de excelência na atividade.

Os marcos regulatórios firmados pela ONU, refiro-me à Cúpula Mundial Humanitária, ao Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ao Acordo de Paris e à Habitat III serviram igualmente como fundamentação para o desenvolvimento de iniciativas de resiliência em nossa cidade.

Esse plano traz consigo não o fim de um trabalho, de uma missão. Ele na verdade firma um conjunto de estratégias para dar continuidade e desenvolver mais e melhores iniciativas, tanto por parte do governo quanto por parte da sociedade civil.

O propósito maior dessa obra é orientar e qualificar ainda mais as práticas de redução de desastres, rumo a uma cidade mais humana e segura para seus cidadãos. Representa, portanto, um passo a mais em uma caminhada rumo a novos tempos.

O plano reúne reflexões e práticas que evidenciam um trabalho de equipe. Reunimos segmentos os mais variados na administração municipal em nome do relevante propósito da melhoria das condições de resiliência de Campinas. Sob esse aspecto, cabe ressaltar que a colaboração da população foi essencial para fazer esses esforços resultarem em sucesso.

Espero que essa obra, na metáfora do poeta brasileiro Castro Alves, "germine" em novas consciências a importância dessas ações para garantir conforto aos idosos, esperanças aos jovens e condições de sustentabilidade ao mundo em que vivemos.

Espero que tenham uma excelente leitura.

**Jonas Donizette**  
**Prefeito de Campinas**



## Prefácio - UNISDR

O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR), em cumprimento de seu mandato, serve como ponto focal e apoio no desenvolvimento de políticas de redução de risco de desastres para os países e promove sinergias entre os vários organismos do sistema das Nações Unidas, organizações regionais, organizações não governamentais, sociedade civil e outros parceiros estratégicos. O trabalho desenvolvido pela UNISDR é elaborado em apoio à implementação do **Marco Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030**, que é um acordo voluntário e não vinculativo de 15 anos com foco nas pessoas para enfrentar a redução do risco de desastres.

Como parte da estratégia da UNISDR, a **Campanha Global "Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade se está preparando!"** foi lançada em 2010 para abordar questões de governança local e risco urbano, para apoiar os governos locais na redução de risco e aumento da resiliência aos desastres na área urbana. O Marco Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 fornece um novo olhar para os governos locais e destaca a capacidade de ação das comunidades e outros atores envolvidos na gestão de riscos de catástrofes e a construção de resiliência.

A cidade de Campinas faz parte da Campanha Mundial Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade se está preparando! desde setembro de 2012. Desde a assinatura do compromisso tem trabalhado na

construção do progresso em relação aos Dez Aspectos Essenciais da Campanha. No ano de 2013, e devido ao seu compromisso, foi nomeado cidade modelo; um prêmio que compartilha só com outras cinco cidades da região latino-americana.

Neste período, Campinas aplicou várias das ferramentas oferecidas pela Campanha e que permitem avaliar as condições de resiliência, preparação e resposta da cidade. Este documento tem como objetivo compilar os esforços de Campinas, destacar seu progresso e identificar ações futuras que irão fortalecer sua resiliência a desastres. O documento é também o resultado dos esforços do governo local e dos representantes das diferentes partes interessadas e parceiros estratégicos que, através de um diálogo contínuo, reafirmaram seu compromisso de reduzir o risco de desastres.

O Objetivo E do Marco Sendai visa aumentar significativamente o número de países com estratégias de redução de risco de desastres nos níveis nacional e local até 2020. Campinas é um dos exemplos visíveis na região e uma das cidades pioneiras no desenvolvimento de planos de ação de redução de risco de desastres em colaboração com o UNISDR. A UNISDR espera que o presente plano sirva de exemplo e motivação para muitas outras cidades, comunidades e pessoas para abordar a redução do risco de desastres a nível local como um tema transversal relevante e estratégico sobre o caminho para o desenvolvimento sustentável na região.



Campinas

## Dados sobre Campinas

### Dados Gerais <sup>1</sup>

População Estimada

1.173.370 pessoas

Área da Unidade Territorial

794,571 km<sup>2</sup>

Densidade Demográfica

1.359,60 hab/km<sup>2</sup>

### Geomorfologia

Campinas caracteriza-se por estar em uma região de transição entre duas formações geomorfológicas: o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica. O Planalto Atlântico corresponde aos relevos de morros e serras, com altitude máxima de 990 metros, sustentados pelos granitos das Suítes Graníticas Jaguariúna e Morungaba e gnaisses do Complexo Itapira, localizados na porção leste do Município. Na porção oeste, a Depressão Periférica, formada por relevos de colinas e morrotes, com altitude variando entre 600 e 700 metros, sustentados por rochas sedimentares do Subgrupo Itararé (arenitos, siltitos, lamitos) e diabásios da Formação Serra Geral, abrigam a maior parte da malha urbana de Campinas. Na área de transição entre as duas formações, ocorrem gnaisses e rochas miloníticas das zonas de cisalhamento Valinhos e Campinas (Instituto Geológico, 2009).

### Hidrografia

Campinas é um município privilegiado quanto à rede hidrográfica e ao volume de chuvas. Atravessam o Município os rios Jaguari, Atibaia, Capivari e Capivari-Mirim, representando uma rede de drenagem interna bastante densa (dendrítica).

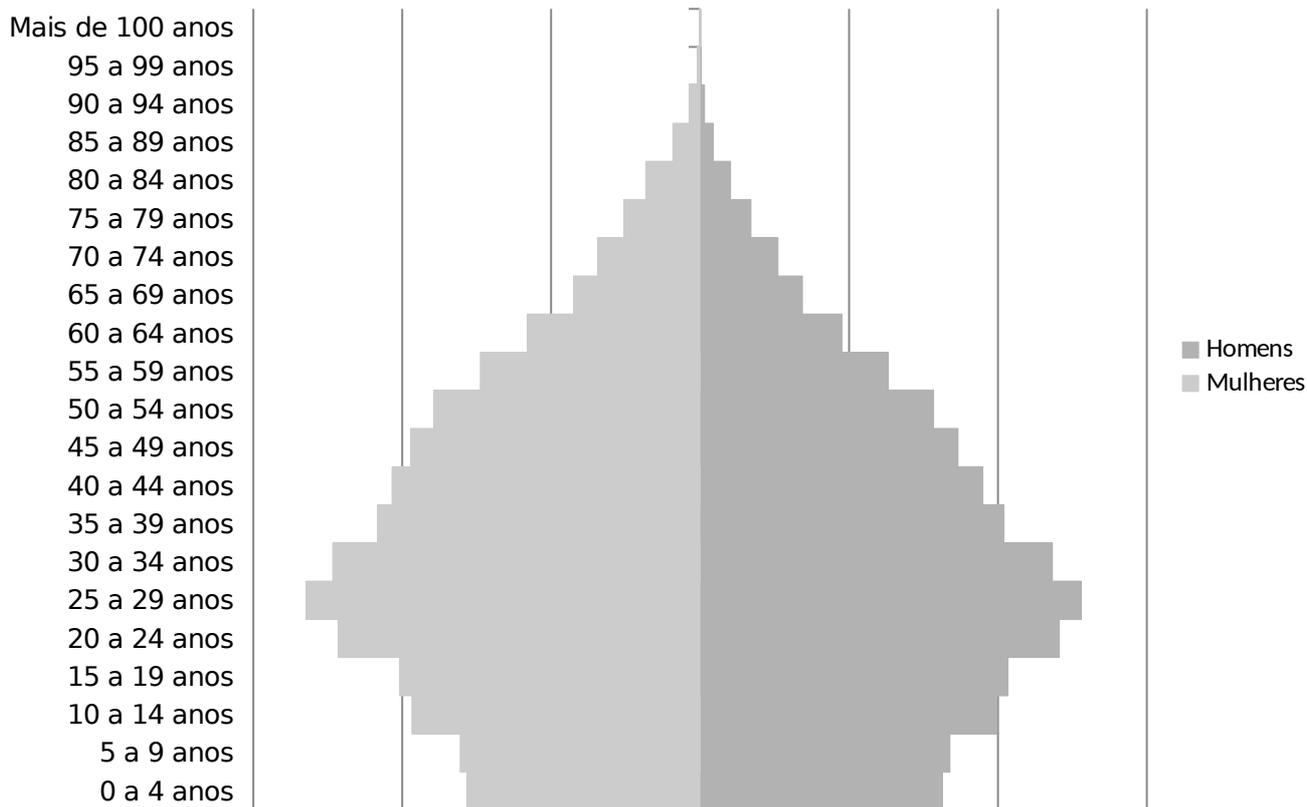
Sendo dividida em cinco sub-bacias hidrográficas: Atibaia, Jaguari, Quilombo, Capivari e Capivari Mirim. Os Rios Capivari e Atibaia são os principais responsáveis pelo abastecimento de água no município.

### Clima

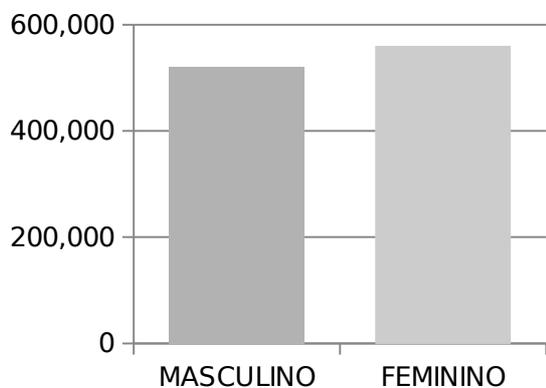
Campinas localiza-se em uma área de transição entre o clima tropical e o subtropical, sofrendo influências das massas de ar equatorial continental, tropical atlântica e polar atlântica. A precipitação pluviométrica média anual é de 1.381 mm com o período chuvoso de outubro a março e o período seco entre abril e setembro. A temperatura média anual é de 21,6°C. Sendo os meses mais quentes (novembro a fevereiro) os mais chuvosos e os meses mais frios (maio a agosto) os menos chuvosos. Os dados climatológicos foram obtidos junto ao Instituto Agrônomo de Campinas - IAC.

<sup>1</sup> IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2017. <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3509502>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

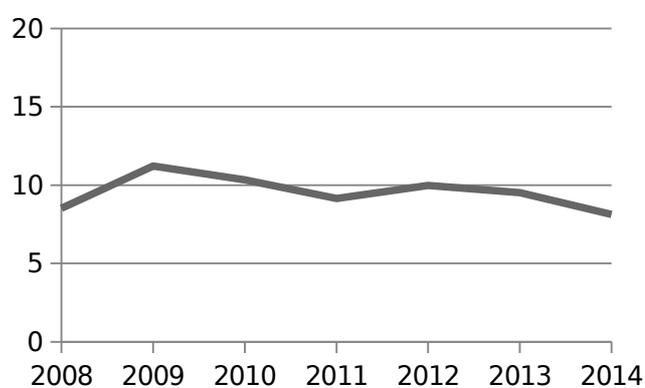
### Pirâmide Etária



### População por Sexo (pessoas)

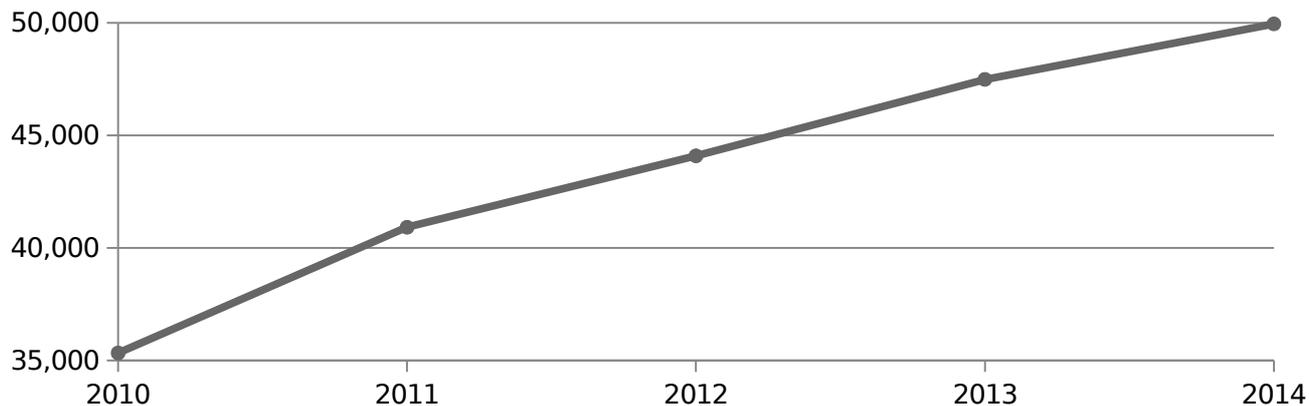


### Taxa de Mortalidade Infantil Ref. OMS

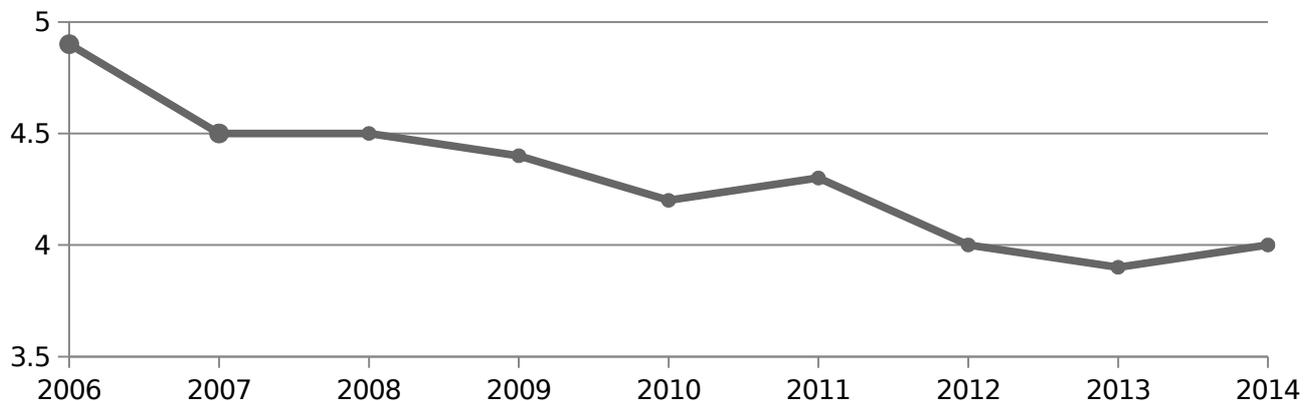


IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2017. <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3509502>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

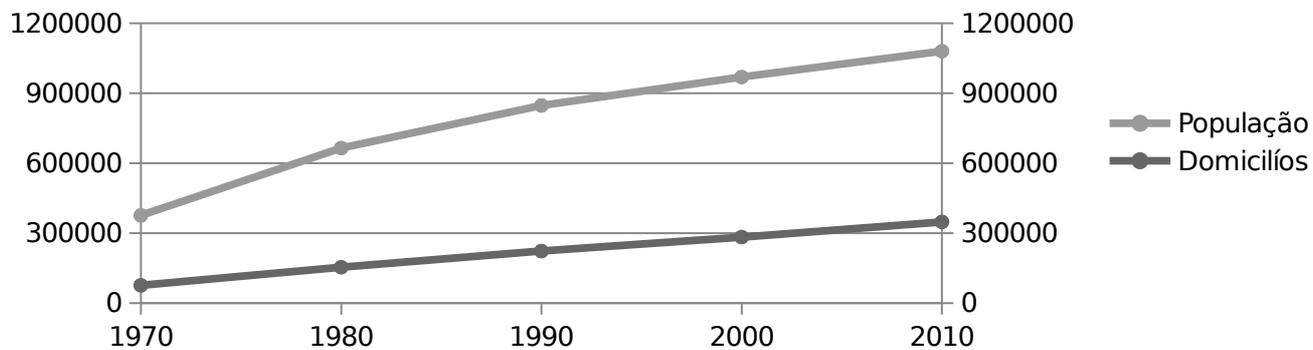
### PIB per Capita (R\$)



### Salário Médio Mensal (Salários Mínimos)



### População Residente e Domicílios 1980 - 2010



IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2017. <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/3509502>>. Acesso em: 15 de abril de 2017.

## Campinas Hoje

Campinas desfruta atualmente da condição de referência nacional por seu potencial econômico e por seus indicadores sociais e ambientais. Trata-se de uma cidade com qualidade de vida elevada, de economia forte e diversificada, uma infraestrutura de qualidade, um *hub* logístico, um paradigma em resiliência e um centro de ciência, tecnologia e inovação de classe mundial.

É a 2ª melhor cidade em infraestrutura no Brasil e a 3ª melhor cidade para se fazer negócios no País, segundo o Ranking Urban Systems de 2016. É também, entre os municípios com mais de um milhão de habitantes, a 2ª melhor do Brasil na Gestão dos Recursos Públicos, segundo o ranking de 2016 da Folha de São Paulo. Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010, Campinas tem um Índice de Desenvolvimento Humano considerado "muito alto", acima de 0,8: 8.35. O Escritório de Estratégia para Redução de Desastres Naturais da ONU (Organização das Ações Unidas) declarou, em maio de 2013, Campinas como "Cidade Modelo" em prevenção e resiliência.

Trata-se ainda de uma cidade com uma taxa de urbanização da ordem de 98,3%. O sistema de distribuição de água potável, sob a responsabilidade da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), atende 98% da população.

Campinas, ademais, é vocacionada para a inovação, principalmente nas áreas de Ciência e Tecnologia. São 18 instituições de ensino superior e 15 centros de P&D, que respondem por

15% da produção científica do Brasil.

Em termos humanitários, o Município obteve uma grande conquista, alcançada graças a um trabalho conjunto com a Assistência Social, que fez de Campinas uma cidade sem crianças em situação de rua.

Esse conjunto de conquistas e indicadores evidenciam uma sociedade civil e um poder público sintonizado com as agendas firmadas em compromissos internacionais da ONU. Há uma expressiva sinergia com a Cúpula Mundial Humanitária da ONU, em seu propósito de trabalhar de diferentes formas para eliminar carências e investir na Humanidade. Identifica-se também convergências com o Marco de Sendai e sua meta de investir na redução do risco de desastres para resiliência. As medidas assumidas pelo governo também estabelecem convergências com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e seus propósitos de combate à pobreza, à promoção da educação inclusiva e à gestão sustentável da água. Os indicadores também apontam convergência com o Acordo de Paris e sua meta de aumentar a capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas e de promover a resiliência do clima. Por fim, as iniciativas desenvolvidas em Campinas convergem com as diretrizes da Habitat III - Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável, ao promover por exemplo, o programa "Meu bairro bem melhor", assegurando assim a urbanização em todos os níveis de assentamentos humanos.

## Visão de Futuro

Campinas é uma das 600 cidades do mundo que alavancarão dois terços do crescimento mundial, segundo dados da pesquisa "Mundo urbano: mapeando o poder econômico das cidades" (Urban world: Mapping the economic power of cities), do McKinsey Global Institute.

O estudo aponta um potencial, uma tendência. Um potencial que precisa se realizar. Avançar da condição virtual, de promessa, para a condição efetiva. Campinas se prepara para esse futuro ao semear, no presente, as condições para essa situação de preeminência.

Esse futuro vem sendo construído, em grande parte, por meio da valorização da Ciência, da Tecnologia e da Inovação, em um sentido mais amplo. Campinas almeja projetar sua imagem como "cidade do conhecimento". Trata-se de um município que busca atrair mais recursos nessa área, seja por meio do incentivo a investimentos públicos e privados, seja por meio da aplicação de recursos em educação de qualidade nos segmentos que competem à Administração Municipal.

Do mesmo modo que há a meta de fazer sobressair o estatuto de "Cidade do Conhecimento", Campinas também, sob o aspecto econômico, tem como propósito aprofundar sua vocação em logística, por meio de contínuas melhorias na infraestrutura de transportes, em suas rodovias, suas ferrovias e em seus dois aeroportos: Viracopos, o principal, e Amarais.

A cidade igualmente compreende a importância e a necessidade de contemplar as metas em sustentabilidade e desenvolvimento humano propostas firmadas na Cúpula Mundial Humanitária da ONU, no Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no Acordo de Paris e na Habitat III. Campinas rumo para o futuro com o firme propósito de ser uma cidade de oportunidades. Tanto para seus cidadãos quanto para aqueles que buscarem nela trabalho e acolhimento. Para além da economia e do desenvolvimento humano e sustentável, é também uma cidade que compreende o valor da arte e do esporte na construção de valores e inspiração para inovar e envolver a todos em uma grande comunidade, focada no bem comum.

A visão que fundamenta o futuro de Campinas é um compromisso. Um compromisso de fazer desse município um espaço capaz de atender as demandas de novos tempos e situações. Isso implica criatividade, cooperação, espírito ético, capacidade de empreender e a disposição de enfrentar com destemor as dificuldades que virem a surgir.

O futuro é sempre uma expectativa e para se tornar real, é preciso fazer do hoje não um simples presente, mas uma oportunidade para semear as bases do amanhã.

## Principais Ameaças

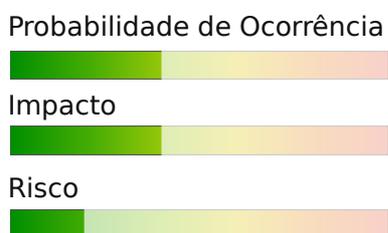
### Inundação



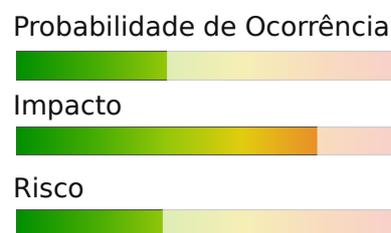
### Estiagem



### Enxurrada



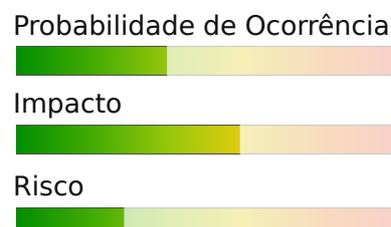
### Epidemia



### Alagamento



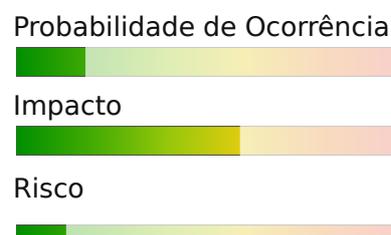
### Tornado



### Deslizamento de Terra / Erosão



### Transporte Aéreo



### Tempestade / Vendaval





# Estratégia de Resiliência

## Definição de Resiliência

“Resiliência é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo, de forma antecipada e eficiente, incluindo a preservação e restauração de suas estruturas básicas essenciais e funções através de gestão de riscos.”

UNISDR

Embora este termo remeta frequentemente à capacidade da cidade de mostrar força diante de uma adversidade ou de se reerguer depois de uma tragédia, este denota, segundo a National Academy of Sciences dos Estados Unidos, a habilidade de preparar e planejar para absorver, recuperar e se adaptar com sucesso a eventos adversos.

É importante compreender o significado do termo, uma vez que reflete as diversas facetas da resiliência e sua relevância não

somente durante e depois de um evento adverso, mas também antes que este ocorra. Aspectos fundamentais e necessários ao considerar qualquer iniciativa para aumentar a resiliência de uma cidade.

Eventos adversos podem surgir de diversas formas e estar relacionados a um ou mais riscos urbanos, seus impactos podem ser severos (muitas vezes amplificados por um processo de urbanização deficiente e/ou pelo comportamento da população).

## Resiliência e Governos Locais

O Marco de Sendai para a Redução de Risco de Desastres 2015-2030 tem como meta construir capacidade de resiliência a nível local por meio da formulação de estratégias de Redução de Risco de Desastres e Planos de Ação Local de 2020.

Construir a resiliência no nível local promove a capacidade de indivíduos, instituições, empresas, comunidades e sistemas em um ambiente urbano para sobreviver, se adaptar e crescer, apesar das pressões crônicas e eventos intensivos que podem experimentar.

A Campanha Global "Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade está se preparando" aborda questões de governança local e risco urbano, a fim de ajudar os governos locais para reduzir o risco e aumentar a resiliência em áreas urbanas através da aplicação do Marco de Sendai. Ele oferece soluções e ferramentas que permitem aos governos e atores locais identificar as lacunas na sua resiliência e identificar ações que lhes permitam aumentar a sua capacidade de planejamento do desenvolvimento e gestão de riscos.

Uma cidade resiliente é uma cidade onde as pessoas vivem em áreas seguras com serviços e infra-estrutura adequada; que possui um governo local inclusivo, competente e responsável que garanta a urbanização sustentável; é uma cidade em que as autoridades locais e a população entendem suas ameaças; conta com comunidades empoderadas que participam ativamente no processo de planejamento local; está preparada porque tomou medidas para antecipar desastres e mitigar os impactos potenciais; é uma cidade capaz de responder rapidamente, recuperar e restaurar os serviços básicos necessários para retomar suas atividades.

Construindo Cidades Resilientes é da responsabilidade de todos: governos nacionais e governos locais, organizações internacionais, regionais e da sociedade civil, setor privado, instituições acadêmicas e associações profissionais, bem como todos os cidadãos têm um papel a desempenhar.

## Importância para a Cidade

Campinas tem em seu brasão a imagem de uma fênix, ave mitológica que tem o dom mágico de renascer de suas próprias cinzas.

Essa alusão remete ao fato de que a cidade quase foi dizimada pela febre amarela no século XIX. O município sobreviveu heroicamente à moléstia. Provou ser maior que a adversidade que o afligia.

Muito antes da fundação da ONU, muito antes de o conceito de resiliência tornar-se uma meta humanitária e econômica, a cidade, assim como outras em momentos singulares de sua história, fizeram superar adversidades com base na solidariedade e na coragem de enfrentar desafios, por mais difíceis que fosse.

Outros momentos de gravidade, nunca mais tão intensos, vieram após a crise. Epidemias, inundações, secas e acidentes de grande porte atingiram Campinas, colocando à prova a capacidade do poder público e da sociedade civil de restabelecer as condições de normalidade e de reconstruir o espaço urbano.

Riscos são inerentes à condição humana, mas o grande desafio é criar procedimentos, desenvolver estratégias para evitar e, nos casos em que evitar não seja possível, minorar danos e restituir as condições de urbanidade da maneira mais ágil possível.

A história de Campinas é um permanente alerta, para seu povo e para seus gestores públicos, da necessidade de preparo e qualificação para a resiliência.

A cidade tornou-se, no Brasil e fora das fronteiras nacionais, uma referência nessa área. Nesse sentido, é importante destacar a importante contribuição do Centro de Excelência para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR-CERRD), coordenado por David Stevens.

O UNISDR-CERRD teve como missão contribuir para a construção de comunidades resilientes a desastres por meio da promoção de uma maior sensibilização sobre a importância de incluir a gestão integrada do risco de desastres como um componente central do desenvolvimento sustentável, reduzindo as perdas humanas, sociais, econômicas e ambientais causadas por desastres socioambientais.

A Defesa Civil de Campinas capacita cidades da região, mas também de várias partes do País, em ações de resiliência.

O Comitê Gestor de Combate às Arboviroses da Prefeitura de Campinas conta com a redução em mais de 95% no número de casos de dengue em 2016 fez de Campinas um modelo, por sua capacidade de trabalhar de modo multidisciplinar e intersetorial a moléstia.

Mais que uma incumbência do poder público, a mobilização em prol da resiliência é também uma causa compartilhada pela sociedade civil. Ações voluntárias em Campinas tem reunido cidadãos, empresas e governo no trabalho de melhorar a capacidade de a cidade responder com cada vez mais eficiência a situações adversas.

## Atores Envolvidos

Em função da necessidade do envolvimento de todas as partes interessadas para a melhoria efetiva e constante da resiliência da cidade, o Plano de Resiliência de Campinas abrange quatro grandes grupos: governos e administração pública, ONGs e sociedade, setor privado, e instituições de ensino e pesquisa.

Para envolver os grupos alvo foram estabelecidas seis atividades macro, conforme apresentadas abaixo.

Conscientização – objetiva a compreensão por parte das partes envolvidas sobre assuntos relacionados à resiliência, redução de risco de desastre, Marco de Sendai, e a integração destes com assuntos correlacionados como mudanças climáticas, sustentabilidade, urbanização e questões humanitárias.

Comunicação Interna – objetiva incentivar, estabelecer, estruturar e manter a comunicação entre as partes envolvidas em cada grupo.

Comunicação Externa – objetiva incentivar, estabelecer, estruturar e manter a comunicação entre os grupos estabelecidos.

Cooperação – objetiva incentivar, estabelecer, estruturar e manter a cooperação na elaboração de estratégias e planejamentos, no desenvolvimento de projetos, na execução de atividades e ações, e no processo de monitoramento e melhoria contínua, entre as partes envolvidas em cada grupo e entre os grupos.

Gestão de Conhecimento – objetiva criar o ambiente adequado (considerando tanto relações institucionais quanto humanas) de forma a incentivar, estabelecer, estruturar e manter o intercâmbio de conhecimento entre as partes, e sua devida gestão e disponibilização.

Documentação de Casos de Sucesso – objetiva documentar e divulgar casos de sucesso desenvolvidos em função do trabalho realizado em torno do Plano de Resiliência para estimular o intercâmbio de perspectivas, idéias, práticas e resultados. A divulgação de casos de sucesso relacionados aos temas tratados mas fora do escopo estabelecido pelo plano da cidade de Campinas, também é realizada.

## Setor Privado

A importância da participação do setor privado, juntamente com a administração pública, nas questões relativas à melhoria da resiliência das cidades fica evidenciada pelas trinta e cinco menções relacionadas ao setor privado no Marco de Sendai como tendo um papel crítico no processo para atingir as metas estabelecidas.

Da mesma forma, Margareta Wahlström, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Redução de Riscos de Desastres e responsável pela UNISDR, no período de 2008 a 2015, destaca que "o setor privado [de negócios] é o promotor perfeito para o pensamento resiliente por causa de seu relacionamento direto com clientes, fornecedores e todos os demais envolvidos" <sup>2</sup>.

Para demonstrar o interesse nas parcerias público-privadas através de ações práticas e aumentar o dinamismo da atuação da iniciativa privada na redução de risco de desastres, em 2015 a UNISDR fundiu

dois grupos, o UNISDR *Private Sector Partnership* (PSP) e o *R!SE Initiative*, no *ARISE (Private Sector Alliance for Disaster Resilient Societies)*. Com isso, o *ARISE* passou a ser o grupo de empresas privadas ligado à UNISDR caracterizado pela parceria entre empresas que trabalham para a redução de risco de desastres e pela implementação do Marco de Sendai, do qual faz parte uma empresa brasileira.

Refletindo esta importância, a adequação da legislação de Campinas ao Marco de Sendai incorpora a possibilidade de qualquer empresa, interessada em contribuir para a melhoria da resiliência da cidade, estabelecer uma parceria com a administração por meio de instrumentos legais conforme indicado no Artigo 2º, no Artigo 3º inciso III, no Artigo 4º inciso XV e no Artigo 6º do Decreto nº 19.135 de 13 de maio de 2016.

<sup>2</sup> AISR (AI Systems Research Ltda). 2015. AISR - Iniciativa Making Smart Cities - Press Release - PSP - UNISDR. <<http://www.aisr.com.br>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2016.

## Integração entre Acordos, Assuntos e Atores

Com o objetivo de estabelecer uma visão única sobre resiliência, eliminar sobreposições de atuação, otimizar a utilização de recursos e incentivar a colaboração entre iniciativas, a cidade de Campinas optou por integrar a Agenda para a Humanidade, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris - COP 21, o Habitat III, o Marco de Hyogo, o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres 2015-2030, a Campanha Construindo Cidades Resilientes, os 10 Essenciais (pré e pós Marco de Sendai, e as disposições do ARISE (aliança do setor privado para o desenvolvimento de sociedades resilientes à desastres da UNISDR). Desta integração resultou um mapa contendo a relação entre o conteúdo dos acordos e demais documentos indicados, bem como das posições e dos compromissos assumidos nas esferas federal, estadual e municipal.

O mapeamento possibilitou a identificação dos principais assuntos tratados e seus interrelacionamentos, além da relevância de cada assunto em função da análise dos textos dos acordos e dos demais documentos.

Em seguida, foram incorporados os relacionamentos das iniciativas e dos projetos com os acordos e seus respectivos tópicos, e com os principais assuntos tratados.

Por fim, foram incorporados os atores organizacionais envolvidos (órgãos da administração pública municipal, estadual e federal, organizações públicas, entidades de representação social, ONGs, organizações do setor privado, organizações internacionais, entre outros) e seus respectivos representantes.

## Resiliência e os Acordos

Com base na integração estabelecida entre os acordos internacionais considerados, foi realizada sobre a perspectiva deste documento a identificação dos itens que estariam relacionados, direta ou indiretamente, à resiliência e à redução de risco de desastres, e por consequência com as

atividades da UNISDR, com o Marco de Sendai, com a campanha “Construindo Cidades Resilientes”, com os 10 Essenciais (pré e pós Marco de Sendai) e com o ARISE (aliança do setor privado para redução de risco de desastres da UNISDR).





N

S

NE

SE

SW

NW



Ferramentas

## Gestão de Conhecimento

A Gestão de Conhecimento possibilita estabelecer como a organização irá expandir e aplicar seu conhecimento no curto, médio e longo prazos.

Para tanto, é necessário institucionalizar os processos de gestão de conhecimento e estabelecer políticas e ações de curadoria de conhecimento com o objetivo de mapear, gerenciar, e planejar a evolução e a utilização de conhecimento de forma contextualizada.

Com isso, a organização também amplia sua capacidade de obter, avaliar, preservar, controlar, acessar, disponibilizar e utilizar as informações necessárias dentro do contexto, permitindo gerenciar todo o ciclo de vida das informações e suas características relacionadas.

Além de disponibilizar a informação certa, para a pessoa certa, no momento certo e no formato adequado a fim de maximizar o resultado das decisões tomadas na organização.

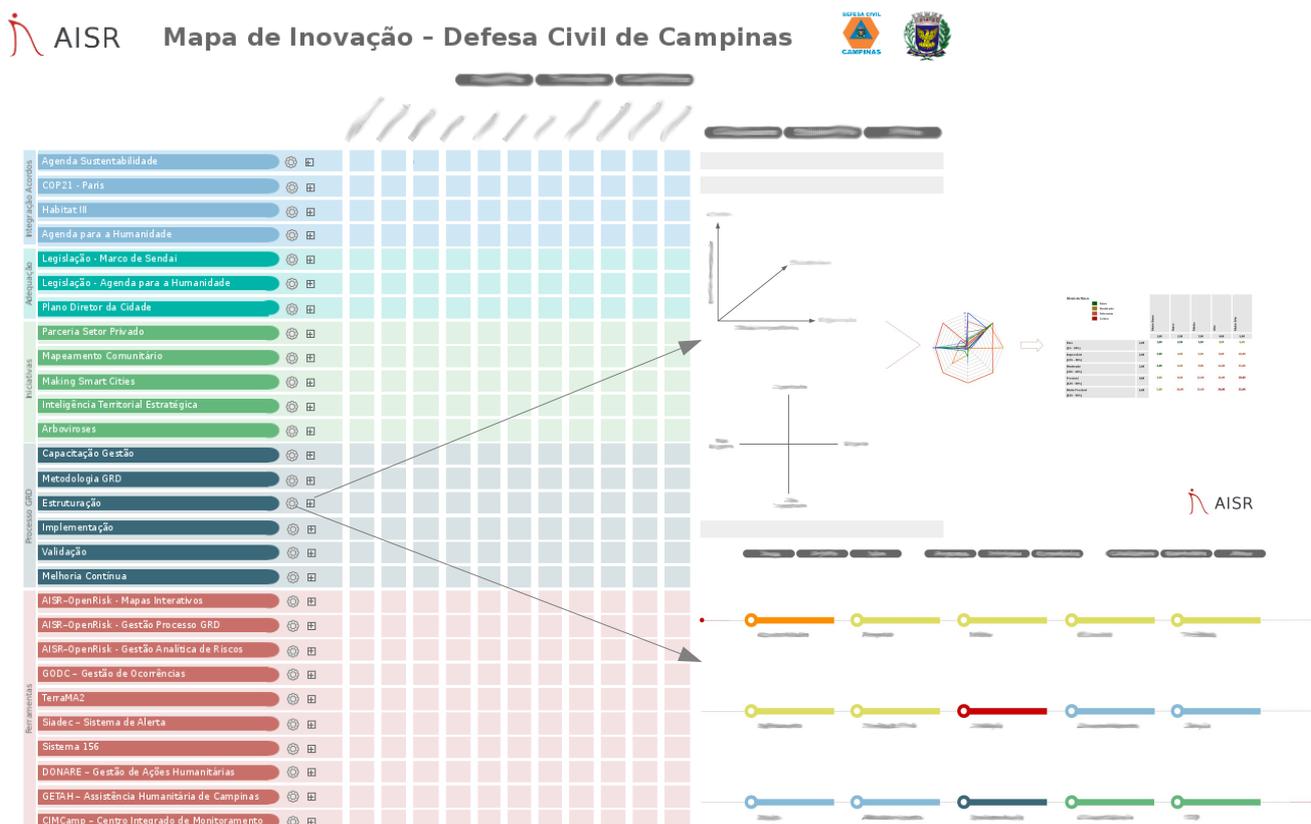
# Gestão de Inovação

A gestão analítica de inovação possibilita desenvolver e implementar uma estratégia de inovação com metas e objetivos claramente definidos por meio da compreensão e análises de contextos, comportamentos e tendências, a fim de obter inovação contínua nos serviços, processos e tecnologias utilizados pela Defesa Civil de Campinas e para suportar uma constante melhoria na resiliência da cidade.

As estratégias, planejamentos e ações oriundas da aplicação da gestão de

inovação devem estar direcionadas para a cidade atingir a sua visão de futuro, balanceando oportunidades e riscos.

Por meio da parceria entre a Prefeitura de Campinas e a AI Systems Research (AISR) através da iniciativa Making Smart Cities, a Defesa Civil utiliza gratuitamente a metodologia de gestão de inovação da AISR e o software AISR Open Innovation.



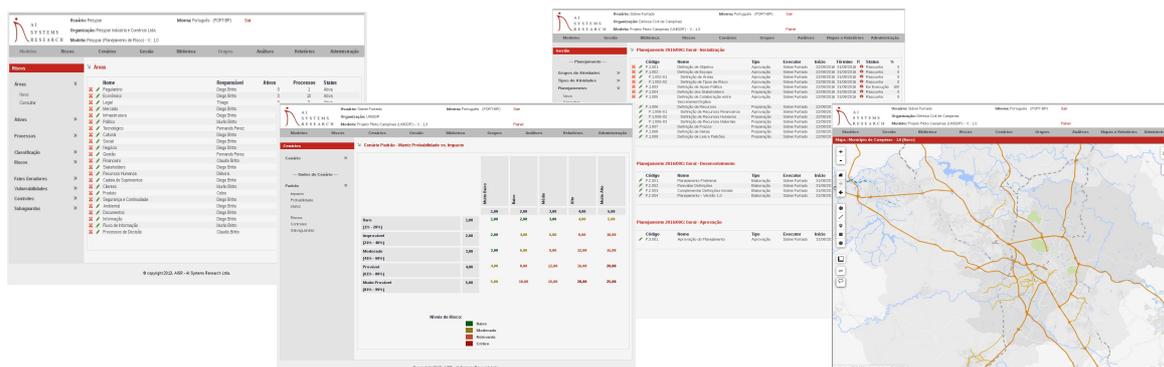
## Gestão Analítica de Riscos

O contexto onde as organizações públicas e privadas são administradas e decisões são tomadas é complexo, dinâmico, interconectado, repleto de incertezas e apresenta rápidas transformações e grandes oportunidades.

Desta forma, é fundamental que as organizações gerenciem analiticamente os riscos que podem impactá-las direta ou indiretamente por meio de processos adequadamente estruturados que permitam identificar, compreender, avaliar, tratar e mitigar riscos nas dimensões operacional, tática e estratégica, considerando fatos geradores, vulnerabilidades, controles e salvaguardas.

A gestão analítica de riscos ainda contribui para ampliar a transparência, a resiliência, o compliance (com normas, regulamentações e legislação), o entendimento dos possíveis impactos de estratégias e ações, e a eficiência da gestão organizacional, de mudanças e de crises.

Por meio da parceria entre a Prefeitura de Campinas e a AI Systems Research (AISR) através da iniciativa Making Smart Cities, a Defesa Civil utiliza gratuitamente a metodologia de gestão de analítica de riscos da AISR e o software AISR OpenRisk.



## Participação Comunitária

O projeto Comunidade Resiliente tem como base o incremento das ações de resiliência na comunidade local, tendo como ferramenta o mapeamento comunitário de risco que é elaborado em conjunto com o poder público e a comunidade local.

Interagindo com a campanha Construindo Cidades Resilientes através da construção de uma nova cultura que visa reforçar a resiliência local e estimular a participação da comunidade. Para tanto, os próprios moradores estarão apontando os riscos existentes no seu meio e envolvendo-se com as ações de redução de riscos.

Desta forma, o objetivo geral é realizar o mapeamento dos riscos e vulnerabilidades da comunidade conforme percepção dos seus moradores, orientando-os no desenvolvimento de ações de redução de riscos de desastres e autoproteção para que em situação adversa saibam agir de forma segura e assertiva, minimizando danos e salvaguardando vidas.

Deste mapeamento resulta o Mapa Comunitário de Riscos que é uma representação das características de uma comunidade, informações sobre as ameaças e vulnerabilidades, bem como os recursos disponíveis que possam ser utilizados durante um evento desastroso, como: inundação, deslizamentos de terra, chuvas fortes, baixa temperatura, entre outros.

Além de aumentar o grau de consciência e compromisso em torno

das práticas de desenvolvimento sustentável, como forma de diminuir as vulnerabilidades e propiciar o bem estar e segurança dos cidadãos na busca de uma comunidade mais resiliente, e de contribuir com o desenvolvimento da resiliência na comunidade, buscando melhorar as ações de redução de desastre e sua capacidade de preparação e resposta aos eventos adversos.

Os aspectos gerais do Mapa Comunitário de Riscos são:

- Identificar os riscos da comunidade;
- Analisar as vulnerabilidades da comunidade quando da ocorrência de um evento adverso;
- Identificar e localizar os recursos disponíveis;
- Identificar atores e responsabilidades;
- Fornecer ferramentas para adoção de medidas de redução de risco;
- Adotar ações preventivas sobre os riscos;
- Propor reuniões com as autoridades apropriadas para reduzir o risco na comunidade;
- Formular com a comunidade um Plano Gestão de Risco.

Parceiros: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo; Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Unicamp; e Instituto de Geociências da Unicamp.

## Gestão de Proteção Civil

A cidade de Campinas conta com uma série de ferramentas tecnológicas, metodológicas e institucionais para a gestão eficiente de proteção civil, como destacado abaixo.

### **TerraMA<sup>2</sup> - Plataforma de Monitoramento, Análise e Alerta a Extremos Ambientais - INPE**

Utilizado através de Termo de Parceria com o a Divisão de Processamento de Imagens do DPI-INPE, a plataforma TerraMA<sup>2</sup> foi planejada para atender uma demanda crescente de aplicações de monitoramento, análise e alerta em áreas como qualidade do ar, qualidade da água, gasodutos, barragens de rejeito em área de mineração, incêndios florestais, movimentos de massa do tipo escorregamentos e corridas de lama, enchentes e estiagens.

### **Sistema de Alerta da Defesa Civil de Campinas - SIADEC**

Provides real-time data to the TerraMA<sup>2</sup> and stores available data from all the Campinas Data Collection Stations, including automatic stations.

### **Gestão de Ocorrências da Defesa Civil - GODC**

Objetivo de gerenciar as ocorrências atendidas pela Defesa Civil de Campinas, quer sejam geradas como prevenção ou em situação de desastre.

### **Sistema de Gerenciamento de Ações Humanitárias - DONARE**

Visa o gerenciamento mais eficaz dos donativos recebidos pela Defesa Civil de Campinas, sejam eles provenientes de pessoa física ou jurídica, durante situações de desastre ou não. É possível manter um controle dos recursos obtidos de forma a realizar a distribuição de acordo com a prioridade de cada local afetado, criar uma base de dados com informações de voluntários, distribuindo suas atividades de acordo com suas habilidades, previamente cadastradas no sistema, e gerenciar a quantidade de vagas livres e ocupadas nos abrigos cadastrados, possibilitando melhor controle na hospedagem dos desabrigados.

### **156 - Sistema de Informação e Solicitação de Serviços Públicos**

O Serviço 156 estabelece um canal de comunicação entre a população e a Prefeitura, fornecendo informações, centralizando e encaminhando as solicitações de serviços, sugestões e reclamações aos setores competentes, acompanhando as solicitações e prazos de resposta, tendo em vista maior agilidade dos serviços à população e melhor utilização dos recursos públicos.

### **AISR OpenRisk**

O objetivo da iniciativa "Making Smart Cities" ([www.makingsmartcities.com](http://www.makingsmartcities.com)) é permitir a cidade parceira usar tecnologias analíticas para melhorar a sua resistência (não apenas relacionada com desastres naturais, mas a qualquer tipo de risco urbano - por exemplo: pobreza, crime, alimentação), considerando os impactos sociais, econômicos e ambientais, sem ter que fazer qualquer investimento em tecnologia. Além disso, a iniciativa tem como objetivo desenvolver e apoiar programas relacionados com a gestão de riscos, desenvolvimento sócio-econômica e de gestão ambiental.

### **Sistema Integrado de Defesa Civil - SIDEC CEDEC SP**

Desenvolvido pela Defesa Civil do Estado de São Paulo, o SIDEC é uma plataforma de gerenciamento entre os níveis estadual e municipal, servindo como banco de dados para consultas, solicitações e atividades de ensino. É uma ferramenta georreferenciada, o que facilita a tomada de decisão do gestor estadual e municipal no momento da gestão do risco.

### **Sistema de Radiocomunicação Digital/Telefone Celular**

O serviço inclui: sistema de repetição com cinco torres; controlador central; consoles de gerenciamento e despacho; rádios portáteis e rádios móveis veiculares. Todas as comunicações são gravadas e possuem sistema de GPS.

### **Portal Campinas Resiliente**

Site contendo informações das condições climáticas da região de Campinas acessível a partir do portal PMC, com informações sobre cidades resilientes, resumo das condições climáticas da cidade de Campinas no momento da consulta, acesso aos alertas do CEMADEN, conteúdo do SMS da defesa civil do estado, alerta de URA >30 (Umidade Relativa do Ar, consta no TerraMA2), alerta de temperatura baixa (menor que 13º, consta no TerraMA2) e links para diversos sites com informações sobre as condições climáticas para agilizar e facilitar o acesso do cidadão às informações climáticas.

### **Central Integrada de Monitoramento de Campinas - CIMCamp**

A CIMCamp criou um novo conceito de segurança pública, com a integração de três órgãos municipais - Guarda Municipal, EMDEC e Defesa Civil - no trabalho voltado à segurança no trânsito, à qualidade no transporte, ao uso e ocupação ordenada do solo, à prevenção de desastres naturais e ao combate à criminalidade.

### **Observatório da Cidade Resiliente**

Instituído pelo Decreto Municipal nº 18.045 de 24 de julho de 2013 que Dispõe sobre o Comitê da Cidade Resiliente e de outras providencias.

### **Aplicativo COLAB**

Permite a comunicação direta entre cidadãos e governo em prol do bem comum. Agora, os cerca de mais de um milhão de moradores da cidade têm um canal oficial de relacionamento com a Secretaria de Comunicação para fazer denúncias, enviar sugestões e avaliar serviços públicos. Cada mensagem postada possui foto, local e comentários, assim como uma rede social, e também recebe um número de protocolo. As solicitações são encaminhadas ao órgão responsável, que notificará o cidadão sobre o andamento do caso.





# Plano de Ação

## Gestão de Riscos

As cidades, bem como as pessoas, empresas e governos relacionadas a elas, estão expostas à ameaças e à riscos de diferentes áreas.

### **Natural**

Inundação, erosão, deslizamento, tempestades, seca, epidemias, infestações, ondas de calor e de frio, incêndio florestal, baixa humidade do ar.

### **Tecnológico**

Substâncias perigosas, contaminações, rompimentos de barragens, colapso de edificações, incêndios urbanos, atividades industriais.

### **Social**

Pobreza, desigualdade, violência, criminalidade, abastecimento.

### **Econômico**

Endividamento, redução de atividade, mudança de comportamento.

### **Meio Ambiente**

Desmatamento, degradação, poluição.

### **Gestão**

Atendimento à procedimentos, más condutas, inexperiência.

### **Compliance**

Atendimento à normas legais, regulamentações, políticas, diretrizes.

Desta forma, é de fundamental importância a aplicação de uma gestão analítica e proativa de riscos em políticas públicas para possibilitar a identificação, a compreensão, o gerenciamento e a mitigação de qualquer tipo de risco urbano por meio da análise intensiva de dados considerando diferentes perspectivas temporais (passado, presente e futuro).

Esta gestão de riscos deve compreender prevenção, preparação, resposta e reconstrução com objetivo de reduzir os riscos urbanos e a ocorrência de desastres, estabelecer estratégias, planejamentos, projetos e ações consistentes, eficientes e eficazes, maximizar o potencial de investimentos, e balancear o impacto social, econômico, territorial e ambiental.

É essencial realizar a contextualização geográfica dos conjuntos de dados e a integração de várias camadas de informação para um ganho substancial na compreensão de eventos, processos e comportamentos.

Além de contribuir para a redução de riscos urbanos, redução de desastres e de melhorar o planejamento do governo e de negócios, a aplicação da gestão analítica de riscos possibilita ajudar a cidade a:

- Ter uma visão consistente da realidade.
- Aplicar gestão analítica em decisões e ações.
- Obter uma melhor previsão e um melhor planejamento.

- Aumentar a eficiência e reduzir custos.
- Melhorar o retorno sobre ativos tangíveis e intangíveis.
- Alavancar o potencial de desenvolvimento socioeconômico e de qualidade de vida.
- Obter um comportamento sustentável.
- Melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

## Metodologia e Processos

A materialização da gestão analítica e proativa de riscos para a redução de risco de desastres e para a ampliação da resiliência de Campinas ocorreu por meio do desenvolvimento de uma metodologia e de processos customizados para a realidade da cidade mas que também possibilitasse a disseminação de sua aplicação para outras cidades interessadas, principalmente para as cidades da Região Metropolitana de Campinas.

A metodologia e os processos foram desenvolvidos com base na experiência comprovada da cidade na redução de risco de desastres, na estrutura e nos recursos disponíveis, e em um estudo realizado sobre as principais metodologias existentes.

As etapas que compõem a metodologia estão brevemente descritas a seguir.

### **Avaliação de Resiliência**

Avaliar a resiliência da região onde a cidade está localizada por meio da realização de análises/estudos específicos e indicadores. Além de comparar a avaliação realizada com *benchmarks* externos (avaliações de outras regiões selecionadas como referência).

### **Estratégia de Resiliência**

Definir e estruturar a estratégia a ser aplicada para ampliação da resiliência da região e para redução de riscos de desastres.

### **Planejamento de Iniciativas e Projetos**

Definir e estruturar as iniciativas e os projetos a serem realizados, e elaborar os respectivos planejamentos.

### **Identificação de Riscos**

Identificar, reconhecer e descrever os riscos relacionados à região designada por meio de estudos direcionados e da análise de dados quantitativos e qualitativos. Elaborar cenários de risco.

### **Análise de Riscos**

Compreender a natureza dos riscos identificados, estimar a probabilidade de ocorrência e o nível dos possíveis impactos, e calcular o nível de risco. Descrever detalhadamente as incertezas consideradas nas análises.

### **Avaliação de Riscos**

Avaliar os riscos por meio de critérios claramente definidos, documentados e validados, de maneira a identificar quais riscos possuem uma magnitude aceitável ou tolerável, e quais riscos devem ser tratados. Além de estabelecer prioridades de tratamento.

## **Tratamento de Riscos**

Tratar os riscos indicados considerando avaliação e seleção de opções de tratamento, mobilização de recursos, definição de responsabilidades, planos de ação, entre outros fatores.

## **Monitoramento**

Definir quais mensurações relacionadas às dimensões estratégica, tática e operacional devem ser realizadas. Analisar os dados obtidos nas mensurações para identificação de inconsistências, comportamentos, tendências, relações e não conformidades, e para avaliação do impacto real dos elementos monitorados sob múltiplas perspectivas por meio da utilização de indicadores, compostos ou não por sub-indicadores.

E finalmente, para compreender como

a performance da cidade e de suas iniciativas está comparativamente em relação a outras cidades que também atuam de forma estruturada para melhoria da resiliência, são estabelecidos como benchmark externo os indicadores LGSAT e *UN City Disaster Resilience Scorecard* definidos pela UNISDR.

## **Melhoria Contínua**

O comitê para melhoria contínua deve avaliar de maneira transparente, recorrente e baseada em dados, a metodologia, os processos, a estratégia, os planejamentos, as iniciativas e os projetos, quanto à eficiência e à eficácia. Este também deve realizar recomendações de alterações e ajustes caso sejam necessárias a fim de ampliar o impacto positivo dos elementos avaliados.

## Indicadores

O monitoramento e a gestão da performance definidos na metodologia são compostos por indicadores distribuídos em múltiplas perspectivas, e consideram metas, objetivos, planos, iniciativas e stakeholders.

Por meio de tal monitoramento e gestão é possível realizar simulação de cenários, análises de causa-efeito, ativação de alertas e ações em função de eventos, definição de benchmarks, e diversos estudos analíticos.

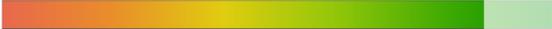
Os indicadores utilizados são desenvolvidos de forma a refletir as necessidades específicas da cidade de Campinas e de seu Plano de

Resiliência. Entretanto, para realizar uma avaliação da excelência da cidade quanto à resiliência e à redução de risco de desastres em comparação com outras cidades ao redor do mundo, são utilizados os indicadores definidos pela UNISDR (conforme as definições da campanha “Construindo Cidades Resilientes” para o ciclo 1, para o ciclo 2 e para o ciclo 3 – as definições para este ciclo serão oficialmente divulgadas em maio de 2017 na Plataforma Global a ser realizada no México, embora este Plano de Resiliência já faça uso da versão preliminar de tais definições).

## Relatório de progresso local na implantação dos Dez Passos Essenciais para Construção de Cidades Resilientes (LGSAT) - Primeiro Ciclo (2011 - 2013)

01 - Estabelecer mecanismos de organização e coordenação.		4.75
02 - Atribuir um orçamento para redução do risco de desastres.		3.60
03 - Manter dados e avaliações de riscos atualizadas.		4.60
04 - Investir e manter infraestruturas críticas.		4.00
05 - Avaliar a segurança de todas as escolas e centros de saúde.		4.00
06 - Aplicar e impor regulamentações realistas para códigos de construção e para princípios de planejamento de utilização do solo.		4.00
07 - Assegurar programas de educação e treinamento em redução de risco de desastres.		4.25
08 - Proteger ecossistemas e barreiras naturais.		4.00
09 - Instalar sistemas de alerta precoce e capacidades de gestão de emergências.		4.50
10 - Assegurar que as necessidades dos sobreviventes estejam no centro da reconstrução.		4.00

## Relatório de progresso local na implantação dos Dez Passos Essenciais para Construção de Cidades Resilientes (LGSAT) - Segundo Ciclo (2013 - 2014)

01 - Estabelecer mecanismos de organização e coordenação.		4.80
02 - Atribuir um orçamento para redução do risco de desastres.		4.60
03 - Manter dados e avaliações de riscos atualizadas.		3.70
04 - Investir e manter infraestruturas críticas.		4.00
05 - Avaliar a segurança de todas as escolas e centros de saúde.		4.00
06 - Aplicar e impor regulamentações realistas para códigos de construção e para princípios de planejamento de utilização do solo.		4.30
07 - Assegurar programas de educação e treinamento em redução de risco de desastres.		4.30
08 - Proteger ecossistemas e barreiras naturais.		4.00
09 - Instalar sistemas de alerta precoce e capacidades de gestão de emergências.		4.50
10 - Assegurar que as necessidades dos sobreviventes estejam no centro da reconstrução.		4.00

## Relatório de progresso local na implantação dos Dez Passos Essenciais para Construção de Cidades Resilientes (referente à versão preliminar do *UN City Disaster Resilience Scorecard*) - Terceiro Ciclo (2015 - 2017)

01 - Organizar para a resiliência frente aos desastres.

Nível 0: 1 indicadores     Nível 1: 4 indicadores     Nível 2: 9 indicadores     Nível 3: 13 indicadores

02 - Identificar, compreender e utilizar os cenários de riscos atuais e futuros.

Nível 0: 2 indicadores     Nível 1: 3 indicadores     Nível 2: 7 indicadores     Nível 3: 15 indicadores

03 - Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência.

Nível 0: 1 indicadores     Nível 1: 3 indicadores     Nível 2: 9 indicadores     Nível 3: 14 indicadores

04 - Promover o desenho do desenvolvimento urbano resiliente.

Nível 0: - indicadores     Nível 1: 4 indicadores     Nível 2: 8 indicadores     Nível 3: 14 indicadores

05 - Proteger as zonas de amortecimento naturais para melhorar a função de proteção proporcionada pelos os ecossistemas.

Nível 0: - indicadores     Nível 1: 2 indicadores     Nível 2: 5 indicadores     Nível 3: 12 indicadores

06 - Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência.

Nível 0: - indicadores     Nível 1: 4 indicadores     Nível 2: 10 indicadores     Nível 3: 11 indicadores

07 - Compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência.

Nível 0: - indicadores     Nível 1: 3 indicadores     Nível 2: 8 indicadores     Nível 3: 14 indicadores

08 - Aumentar a resiliência da infraestrutura.

Nível 0: 1 indicadores     Nível 1: 2 indicadores     Nível 2: 8 indicadores     Nível 3: 8 indicadores

09 - Assegurar a efetividade da preparação e uma resposta efetiva a desastres.

Nível 0: 1 indicadores     Nível 1: 3 indicadores     Nível 2: 8 indicadores     Nível 3: 14 indicadores

10 - Acelerar a recuperação e reconstruir melhor, depois de qualquer desastre.

Nível 0: - indicadores     Nível 1: 3 indicadores     Nível 2: 5 indicadores     Nível 3: 8 indicadores

Relatório de progresso local na implantação dos Dez Passos Essenciais para Construção de Cidades Resilientes (referente à versão final de Maio de 2017 do *UN City Disaster Resilience Scorecard*) - Terceiro Ciclo (2015 - 2017)

01 - Organizar para a resiliência frente aos desastres.

● Nível 1: 3 indicadores    ● Nível 2: 9 indicadores

02 - Identificar, compreender e utilizar os cenários de riscos atuais e futuros.

● Nível 1: 5 indicadores    ● Nível 2: 6 indicadores

03 - Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência.

● Nível 1: 4 indicadores    ● Nível 2: 10 indicadores

04 - Promover o desenho do desenvolvimento urbano resiliente.

● Nível 1: 4 indicadores    ● Nível 2: 9 + 1 indicadores

05 - Proteger as zonas de amortecimento naturais para melhorar a função de proteção proporcionada pelos os ecossistemas.

● Nível 1: 3 indicadores    ● Nível 2: 6 indicadores

06 - Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência.

● Nível 1: 6 indicadores    ● Nível 2: 11 + 2 indicadores

07 - Compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência.

● Nível 1: 4 indicadores    ● Nível 2: 9 + 1 indicadores

08 - Aumentar a resiliência da infraestrutura.

● Nível 1: 9 indicadores    ● Nível 2: 32 + 1 indicadores

09 - Assegurar a efetividade da preparação e uma resposta efetiva a desastres.

● Nível 1: 7 indicadores    ● Nível 2: 14 + 3 indicadores

10 - Acelerar a recuperação e reconstruir melhor, depois de qualquer desastre.

● Nível 1: 2 indicadores    ● Nível 2: 4 indicadores

## Projetos e Ações - Progresso

O Marco de Sendai visa aumentar a percentagem de governos locais que adotam e implementam estratégias para a redução de risco de desastres. Alinhado a este direcionamento, o objetivo deste plano de ação, desenvolvido no âmbito da Campanha Construindo Cidades Resilientes é identificar ações para fortalecer as atividades e os projetos relacionados à ampliação da resiliência e implementar o Marco de Sendai localmente.

Para alcançar a visão de futuro, ampliar a resiliência e reduzir o risco de desastres, a cidade de Campinas estabeleceu projetos e ações que são classificados a seguir quanto ao respectivo nível de progresso, e organizados em função dos 10 Essenciais definidos pela UNISDR.

### Níveis de Progresso

-  1 - Os resultados são poucos e há poucos sinais de planejamento ou de medidas para melhorar a situação.
-  2 - Resultados foram alcançados, mas são incompletos; e ao mesmo tempo em que as melhorias estão previstas, o compromisso e as capacidades são limitados.
-  3 - Existe algum compromisso institucional e capacidades para alcançar a Redução de Risco de Desastres, mas o progresso não é abrangente ou substancial.
-  4 - Um resultado significativo foi alcançado, mas com algumas deficiências já reconhecidas, quer seja em comprometimento, recursos financeiros ou capacidades operacionais.
-  5 - Resultado completo foi alcançado, com compromisso e capacidade para apoiar esforços em todos os níveis.

## **Essencial 1** - Organizar para a resiliência frente aos desastres

- #1 - Comitê da Cidade Resiliente de Campinas - CCR 
- #2 - Reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Campinas 
- #3 - Grupo Gestor para desenvolver o Programa Cidades Sustentáveis 
- #4 - MakingSmartCities - AISR 
- #5 - Câmara Temática de Defesa Civil da Região Metropolitana de Campinas 
- #6 - Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas 
- #7 - Frente Nacional de Prefeitos 

## **Essencial 2** - Identificar, compreender e utilizar os cenários de riscos atuais e futuros

- #1 - Delimitação de Áreas em Muito e Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa no município de Campinas 
- #2 - Mapa de Suscetibilidade 
- #3 - Grupo de Controle e Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais em Campinas 
- #4 - Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo 
- #5 - Arboviroses Campinas 
- #6 - Inteligência Territorial Estratégica 

### **Essencial 3** - Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência

- #1 - FUNDAP - Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana 
- #2 - Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos 
- #3 - Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente 
- #4 - FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas 
- #5 - Cartão de Pagamento da Defesa Civil 
- #6 - Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp) 
- #7 - Nutrir Campinas 

### **Essencial 4** - Promover o desenho do desenvolvimento urbano resiliente

- #1 - Plano Diretor de Campinas 
- #2 - Lei de Uso e Ocupação do Solo 
- #3 - Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis 
- #4 - Manual de Obras Públicas Sustentáveis 
- #5 - Caderno do Empreendedor e da Cidade Sustentável 
- #6 - Plano Municipal de Saneamento Básico 
- #7 - Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo 

**Essencial 5** - Proteger as zonas de amortecimento naturais para melhorar a função de proteção proporcionada pelos os ecossistemas

#1 - Operação Estiagem



#2 - Operação Verão



#3 - Banco de Áreas Verdes



#4 - Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da RMC



#5 - Conselho das Escolas Municipais



#6 - Ônibus Elétricos



**Essencial 6** - Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência

#1 - Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco



#2 - Plano Municipal de Saúde de Campinas 2014-2017



#3 - Transferência de Renda e Cadastro Social



#4 - Programa de Pagamento por Serviços Ambientais



#5 - Plano Municipal de Habitação



#6 - Município VerdeAzul



#7 - Água de Reúso



#8 - Plano Diretor de Mobilidade Urbana



## **Essencial 7** - Compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência

#1 - Mapeamento Comunitário de Risco



#2 - COLAB



#3 - Plataforma Campinas Resiliente



#4 - Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)



#5 - Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo



#6 - Plataforma Transforma Campinas



#7 - Sistema 156 - "A Prefeitura e Você"



## **Essencial 8** - Aumentar a resiliência da infraestrutura

#1 - Comitê Municipal de Gestão de Risco e Gerenciamento de Desastres



#2 - Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres



#3 - Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: "Sala de Situação da Dengue"



#4 - Grupo de Estudos e Trabalho de Assistência Humanitária (Getah)



#5 - Patrimônio Histórico e Cultural



#6 - Ação Integrada na RMC



## **Essencial 9** - Assegurar a efetividade da preparação e uma resposta efetiva a desastres

- #1 - Sistema de Alerta de Desastres de Campinas 
- #2 - Centro Integrado de Monitoramento de Campinas - CIMCAMP 
- #3 - Rede de Alerta de Desastres 
- #4 - Gestão de Ocorrências de Defesa Civil - GODC 
- #5 - Centro de Operação de Emergência - COE 
- #6 - Plano de Chamada de Defesa Civil 
- #7 - TerraMA2 
- #8 - Plano de Emergência do Aeroporto Internacional de Viracopos 
- #9 - Emergência 199 
- #10 - SOS-CHUVA (Sistema de Observação e Previsão de Tempo Severo) 

## **Essencial 10** - Acelerar a recuperação e reconstruir melhor, depois de qualquer desastre

- #1 - Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Assistência Humanitária para Situações de Desastres 
- #2 - Remoção de Moradias em Área de Risco 
- #3 - Programas de Transferência de Renda e Inclusão em Benefícios Sócioassistenciais 
- #4 - Programa Auxílio Moradia 
- #5 - Programa Cartão Reforma 
- #6 - Regularização Fundiária 
- #7 - Sistema de Gerenciamento de Ações Humanitárias - DONARE 
- #8 - Banco Municipal de Alimentos 





# Conclusão

## Conclusão e Direcionamentos

O conjunto de medidas aqui apresentadas evidencia a preocupação do Poder Público de Campinas em proporcionar uma cidade mais resiliente, capaz de responder, com eficiência e resolutividade, aos desafios identificados. Foi preciso inovar, colher forças na inovação, para pensar melhor e pensar diferente a infinidade de questões pertinentes ao assunto.

O caminho escolhido, que se traduz nesse extenso conjunto de providências, expõe uma abordagem holística. Foi preciso ver o todo para agir melhor. É interdisciplinar e interdepartamental. Abrange política habitacional, saúde pública, meio ambiente, educação, comunicação, cultura, política social, engajamento cidadão, segurança alimentar, esporte e lazer, recursos humanos, dentre tantos outros tópicos. Trata-se de iniciativas múltiplas e complementares, à altura da complexidade dos problemas.

A construção dessa ampla variedade de programas fundamentou-se, para além da interdisciplinaridade e da cooperação entre departamentos, nos princípios basilares, oferecidos pela Organização das Nações Unidas, em cinco documentos inspiradores: a Cúpula Mundial Humanitária, a Declaração de Sendai, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, o Acordo de Paris e a Habitat III - Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável.

O Plano de Resiliência aqui apresentado detalha as convergências com as cinco resoluções da ONU em cada um dos programas que constam deste documento.

A estratégia geral do Plano de Resiliência de Campinas consiste primeiramente em criar programas para evitar ou minorar situações adversas, combatendo a situação de miséria, promovendo a saúde pública, impedindo a ocupação humana em áreas de risco, entre outras medidas.

Uma segunda linha de ação consiste no desenvolvimento de medidas que garantam a redução de danos em situações de desastres, seja por meio de treinamento, seja, complementarmente, por meio de sistemas de alertas para responder às demandas.

Por fim, há a estratégia de restauração dos espaços e das populações afetadas.

Uma próxima etapa para o avanço desse projeto de resiliência consistirá em realizar um ajuste fino. Vamos avançar na inovação. O propósito atual é aprofundar, por meio de ações coordenadas e intersetoriais, as ações de resiliência. Vamos criar fóruns para articular melhor as ações.

É na força da inovação que Campinas investe suas energias para preservar o que há de melhor na cidade e superar os obstáculos, rumo a um município mais resiliente.





**GINÁSIO DE ESPORTES**  
ENG. ALEXANDRE JOSE DA SILVA

Anexo

## Projetos e Ações - Descrição

Para alcançar a visão de futuro, ampliar a resiliência e reduzir o risco de desastres, a cidade de Campinas estabeleceu projetos e ações que serão apresentados a seguir.

Estes projetos e ações estão classificados e referenciados conforme as definições dispostas abaixo.

### UNISDR - 10 Essenciais

Essencial 1: Organizar para a resiliência frente aos desastres

Essencial 2: Identificar, compreender e utilizar os cenários de riscos atuais e futuros

Essencial 3: Fortalecer a capacidade financeira para a resiliência

Essencial 4: Promover o desenho do desenvolvimento urbano resiliente

Essencial 5: Proteger as zonas de amortecimento naturais para melhorar a função de proteção proporcionada pelos os ecossistemas

Essencial 6: Fortalecer a capacidade institucional para a resiliência

Essencial 7: Compreender e fortalecer a capacidade social para a resiliência

Essencial 8: Aumentar a resiliência da infraestrutura

Essencial 9: Assegurar a efetividade da preparação e uma resposta efetiva a desastres

Essencial 10: Acelerar a recuperação e reconstruir melhor, depois de qualquer desastre

### Referências

MS – Macro de Sendai

P1 - Prioridade 1: Compreender o risco de desastres.

P2 - Prioridade 2: Fortalecer a governança para gerenciar o risco de desastres.

P3 - Prioridade 3: Investir na redução do risco de desastres para a resiliência.

P4 - Prioridade 4: Melhorar a preparação para desastres para uma resposta eficaz e para "Reconstruir Melhor" em recuperação, reabilitação e reconstrução.

ADS – Agenda para o Desenvolvimento Sustentável

COP21 - Acordo de Paris - COP21

H-III – Habitat III

AH – Agenda para Humanidade

# Projetos e Ações - Essencial 1

## #1

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Comitê da Cidade Resiliente de Campinas - CCR

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2013 - 2020

### Status

Em Execução (com alteração em 2017 para adequação aos novos indicadores urbanos estabelecidos pela UNISDR)

### Mandato

-

### Objetivo

O Comitê da Cidade Resiliente - CCR, vinculado à Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete do Prefeito, instância colegiada de deliberação e coordenação da Campanha Cidades Resilientes da Organização das Nações Unidas - ONU, no município de Campinas.

### Ações

Integrar ações de intersectorialidade dos órgãos setoriais e de apoio da Prefeitura Municipal de Campinas.

A elaboração dos relatórios de Autoavaliação da Campanha Construindo Cidades Resilientes.

Decreto municipal nº 18.045 de 24 de julho de 2013.

### Indicadores

LGSAT e *UN City Disaster Resilience Scorecard*

## Projetos e Ações - Essencial 1

### #2

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Reorganização do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Campinas

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2015 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Atribuir ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil SIMPDEC a responsabilidade de contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos de proteção e defesa civil e na construção de cidades resilientes.

#### **Ações**

I - Adequação à nova legislação federal que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

II - Adotar as recomendações da terceira Conferência Mundial da Organização das Nações Unidas - ONU sobre a Redução do Risco de Desastres (WCDRR), denominado Marco de Sendai

Decreto Municipal nº 19.135 de 13 de maio de 2016.

#### **Indicadores**

Implementação de metas a serem cumpridas de 2015 - 2030.

## Projetos e Ações - Essencial 1

#3

**Referências** - ADS, COP21

### Nome

Grupo Gestor para desenvolver o Programa Cidades Sustentáveis

### Responsável

Os membros da Coordenação do Grupo Gestor são nomeados através de Portaria do Prefeito.

### Tempo

2013 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Instituir uma gestão sustentável, com o meio ambiente sendo um tema transversal que permeie todas as ações do governo municipal.

### Ações

Plataforma Cidades Sustentáveis prevê uma agenda para a sustentabilidade das cidades que aborda as diferentes áreas da gestão pública, em 12 (doze) eixos temáticos, com indicadores gerais associados aos eixos da plataforma, e incorpora de maneira integrada as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural.

Decreto Municipal nº17.849 de 23 de janeiro de 2013.

Carta Compromisso prevê a divulgação do documento "Diagnóstico da Situação Atual", o qual deve conter os indicadores básicos da Plataforma Cidades Sustentáveis, referência para o estabelecimento de Plano de Metas, contemplando os 12 (doze) eixos da Plataforma para os 04 (quatro) anos da gestão

### Indicadores

O Grupo Gestor coordenará o trabalho de pesquisa e consolidação de informações necessárias ao cálculo dos 100 (cem) indicadores de sustentabilidade previstos na Plataforma Cidades Sustentáveis e a elaboração de Plano de Metas.

## Projetos e Ações - Essencial 1

### #4

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III

#### **Nome**

Making Smart Cities - AISR

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2014 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Uma iniciativa de responsabilidade social da AISR, reconhecida pela ONU, para tornar as cidades mais inteligentes e resilientes por meio do suporte ao desenvolvimento e à implementação de estratégias e planejamentos integrados para redução de risco de desastres.

#### **Ações**

Implantação de uma gestão analítica e ativa de riscos em políticas públicas as cidades maximizam consideravelmente o potencial de seus investimentos e reduzem os riscos urbanos.

Possui 3 contextos apoiados por tecnologias e softwares:

1. Gerenciamento de Riscos
2. Desenvolvimento Socioeconômico
3. Gestão Ambiental

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 1

#5

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Câmara Temática de Defesa Civil da Região Metropolitana de Campinas

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Agência Metropolitana de Campinas

### Tempo

2010 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Discussão de ações integradas de 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas.

### Ações

Aprovada pelo Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas em 2010.

Realiza reuniões mensais e define estratégias conjuntas entre municípios da Região Metropolitana nas atividades de Proteção e Defesa Civil.

Em 2015 foi aprovada a Plataforma de Redução de Riscos de Desastres.

### Indicadores

Número de municípios compatibilizados com as premissas do Marco Regulatório de Sendai às Leis Federais e aos 10 passos estabelecidos na Campanha "Cidades Resilientes".

## Projetos e Ações - Essencial 1

### #6

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito

#### **Tempo**

2000 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

O Presidente e o Vice-Presidente, serão eleitos pelo voto secreto de seus pares, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução consecutiva

#### **Objetivo**

Definir as funções públicas de interesse comum entre os Municípios e o Estado.

#### **Ações**

Implantar o Conselho de Desenvolvimento composto por um representante de cada município que o integra e por representantes do Estado nos campos funcionais de interesse comum, assegurada a paridade das decisões, nos termos dos artigos 9º e 16 da Lei Complementar nº 760, de 1º de agosto de 1994, e do artigo 154 da Constituição do Estado.

#### **Indicadores**

Número de funções públicas de interesse comum entre os Municípios e o Estado.

## Projetos e Ações - Essencial 1

#7

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Frente Nacional de Prefeitos

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito

### Tempo

1989 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Mandato 2 anos.

### Objetivo

Atuação conjunta dos 658 municípios com mais de 50 mil habitantes (critério indicador de cidades médias, segundo estudo da CGLU e IPEA). Esse recorte abrange 100% das capitais, 68% dos habitantes e 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

### Ações

Frente Nacional de Prefeitos realiza semestralmente às Reuniões Gerais com a participação de prefeitos e prefeitas de todo o país, além de secretários municipais, parlamentares, representantes do Governo Federal. O Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), promovido bianualmente pela FNP em parceria com o Sebrae Nacional, é o maior encontro de desenvolvimento sustentável local.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 2

### #1

**Referências** - MS (P1), H-III, AH

#### **Nome**

Delimitação de Áreas em Muito e Alto Risco a Enchentes e Movimentos de Massa no município de Campinas

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2013 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

Revisão anual do mapeamento.

#### **Objetivo**

Redução de ocorrências em áreas de risco no município.

#### **Ações**

Identificação, a delimitação e a caracterização de áreas ou setores de uma encosta ou planície de inundação sujeitas à ocorrência de processos destrutivos.

#### **Indicadores**

Número de ocorrências em áreas de risco no município.

## Projetos e Ações - Essencial 2

#2

**Referências** - MS (P1), ADS, COP21, H-III

### Nome

Mapa de Suscetibilidade

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2014 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão anual do mapeamento.

### Objetivo

Estabelecer uma carta na escala 1:25.000 que sintetiza as condições presentes no território municipal que favorecem o desenvolvimento dos fenômenos de risco.

### Ações

Desenvolvimento da Carta de Suscetibilidade que deve abordar especialmente os processos do meio físico analisados que compreendem os principais tipos de movimentos gravitacionais de massa (quedas, tombamentos, deslocamentos e rolamentos de rochas; deslizamentos; rastejos; corridas de massa) e de processos hidrológicos (inundações e enxurrada).

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 2

### #3

**Referências** - MS (P1), ADS, H-III, AH

#### **Nome**

Grupo de Controle e Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais em Campinas.

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Habitação.

#### **Tempo**

2010 - ... (com revisão do decreto em 2017)

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Sincronizar a ação de diferentes órgãos públicos para garantir o desenvolvimento urbano evitando novas ocupações.

#### **Ações**

Coibir as ocupações, as implantações de parcelamentos clandestinos e o adensamento de núcleos, favelas e ocupações já existentes.

Compete adotar medidas visando a defesa dos padrões de desenvolvimento urbano, a garantia do uso regular do solo e a preservação das áreas de interesse ambiental e a necessidade de uniformizar procedimentos para coibir as ocupações, as implantações de parcelamentos clandestinos e o adensamento de núcleos, favelas e ocupações já existentes.

#### **Indicadores**

Número de ocupações.

## Projetos e Ações – Essencial 2

### #4

**Referências** - MS (P1), ADS, COP21

#### **Nome**

Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo

#### **Responsável**

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA Campinas)

#### **Tempo**

2017 - 2025

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Elaboração do Plano de Negócios e da Estratégia de Longo Prazo com a participação da Diretoria Executiva e do corpo de gestores da Companhia, baseada na expectativa de desempenho da empresa, considerando a recuperação da atual conjuntura econômica do país no médio e longo prazo.

#### **Ações**

Definição da Estratégia de Longo Prazo e do Plano de Negócios como ferramentas para as atividades de planejamento estratégico elaboradas de forma integrada, considerando desempenhos de anos anteriores e o cenário atual, com destaque para a crise hídrica.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 2

#5

**Referências** - MS (P1), ADS, COP21

### **Nome**

Arboviroses Campinas

### **Responsável**

IMA (Informática de Municípios Associados)

Secretaria Municipal de Saúde

### **Tempo**

2017 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Combater a dengue, o zika vírus e a chikungunya.

### **Ações**

Desenvolvimento de um sistema georreferenciado que facilita a definição de ações, identificando áreas críticas que exigem mais atenção do poder público.

### **Indicadores**

Redução de casos de arboviroses no município.

## Projetos e Ações - Essencial 2

#6

**Referências** - MS (P1), ADS, H-III, AH

### Nome

Inteligência Territorial Estratégica

### Responsável

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) por meio de um monitoramento por satélite.

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2016 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Criação de mapas por região do município e por ruas de forma a auxiliar a Secretaria de Saúde a pautar ações de combate ao mosquito.

### Ações

Monitoramento por Satélite para apoiar o planejamento operacional da Defesa Civil de Campinas para a megaoperação de enfrentamento ao mosquito *Aedes aegypti* em 2016.

Imagens de satélite e aéreas em alta resolução, drones e até informações sobre a direção dos ventos são algumas das armas utilizadas pela Defesa Civil de Campinas em conjunto com a Embrapa Monitoramento por Satélite para combater o mosquito *Aedes aegypti*.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 3

### #1

**Referências** - MS (P3), H-III, AH

#### **Nome**

FUNDAP - Fundo de Apoio à População de Sub-habitação Urbana

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Habitação.

#### **Tempo**

1980 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Propiciar apoio financeiro para a implementação da Política Habitacional de Interesse Social do Município.

#### **Ações**

Aplicação dos recursos do FUNDAP em:

I - na aquisição de áreas para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social, inclusive através de procedimentos expropriatórios;

II - na produção de lotes urbanizados, empreendimentos habitacionais uni ou multifamiliares, destinados às famílias de baixa renda;

III - na implantação de obras de infraestrutura, nas obras de erradicação de risco e na regularização fundiária de parcelamentos ocupados por população de baixa renda;

IV - no financiamento ou na concessão de subsídio para aquisição de material para construção e reforma de unidade habitacional;

V - no pagamento do Auxílio Moradia Emergencial, previsto na Lei 13.197, de 14 de dezembro de 2007;

VI - nas ações necessárias à remoção de famílias de áreas impróprias e seu reassentamento;

VII - em estudos, projetos urbanísticos e de construção e nos serviços de assistência técnica e jurídica.

#### **Indicadores**

Número de aplicação de recursos por categoria.

## Projetos e Ações - Essencial 3

#2

**Referências** - ADS, COP21

### Nome

Fundo Municipal de Prevenção e Reparação de Direitos Difusos e Coletivos

### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Tempo

2013 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Os conselheiros exercerão suas funções pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

### Objetivo

Tem por finalidade prevenir ou reparar danos causados ao meio ambiente e ao meio urbano, a bens e direitos de valor científico, histórico, artístico, estético, turístico e paisagístico, bem como a outros bens ou interesses difusos e coletivos, exceto os relativos ao consumidor, de modo a fomentar o desenvolvimento urbano sustentável e proporcionar a efetivação de políticas públicas de interesse local, em consonância com as disposições e princípios constantes da Constituição Federal da República.

### Ações

Aplicação dos recursos do FUNDIF na regularização fundiária de áreas constituídas por famílias de baixa renda, prevista no inciso IV do § 1º deste artigo, poderão ser executados, com os recursos do FUNDIF, dentre outras, obras de infraestrutura, obras para erradicação de situação de risco, aquisição de áreas e construção de unidades habitacionais para reassentamento de famílias moradoras de áreas impróprias, recuperação de áreas degradadas.

### Indicadores

Número de aplicação de recursos por categoria.

## Projetos e Ações - Essencial 3

### #3

#### Referências - ADS, COP21

#### Nome

Fundo de Recuperação, Manutenção e Preservação do Meio Ambiente

#### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### Tempo

1998 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Tem por finalidade desenvolver o uso racional dos recursos naturais com base no princípio do desenvolvimento sustentável.

#### Ações

Desenvolver técnicas de gestão, licenciamento, controle, planejamento e a educação ambientais, no âmbito do Município de Campinas.

Os recursos, serão aplicados também na preservação dos recursos biológicos e ecossistemas, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, auditoria e controle do meio ambiente.

#### Indicadores

Número de aplicação de recursos por categoria.

## Projetos e Ações - Essencial 3

### #4

**Referências** - MS (P3), H-III, AH

#### Nome

FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas

#### Responsável

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

#### Tempo

1991 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Tem por objetivo criar condições financeiras e de administração dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, executadas pelas secretarias que atuam nas políticas sociais e é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar.

#### Ações

Aplicação dos recursos do FMDCA em projetos e programas apresentados que visem o atendimento à Criança e ao Adolescente, e destina - segundo critérios preestabelecidos, os valores que permitam a execução das ações propostas pelas ONGs (Organizações não Governamentais) e pelas OGs - Unidades Públicas da rede executora Municipal.

#### Indicadores

Número de aplicação de recursos por categoria.

## Projetos e Ações - Essencial 3

#5

**Referências** - MS (P3), H-III, AH

### **Nome**

Cartão de Pagamento da Defesa Civil

### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Secretaria Municipal de Finanças

### **Tempo**

2010 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Desenvolvimento de um meio de pagamento específico para ações de defesa civil, que proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos.

### **Ações**

Transferência de recursos da União por meio de um Cartão de Pagamento de Defesa Civil para despesas com ações de resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais, definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010, promovidas por governos estaduais, do Distrito Federal e municipais. Os recursos só poderão ser transferidos a entes federados em situações de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec).

### **Indicadores**

Utilização do Cartão - serviços destinados a ações de socorro, assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais.

## Projetos e Ações – Essencial 3

#6

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (Fundocamp)

### Responsável

Agência Metropolitana de Campinas -AGEMCAMP

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2000 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Destinado a dar suporte financeiro ao planejamento integrado e às ações conjuntas dele decorrentes, no que se refere às funções públicas de interesse comum entre o Estado e os municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas.

### Ações

O Estado e os municípios integrantes da Região Metropolitana de Campinas destinarão nos seus respectivos planos plurianuais e orçamentos anuais, recursos ao Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas, visando ao desenvolvimento de funções públicas de interesse comum.

### Indicadores

Número de aplicação de recursos por categoria.

## Projetos e Ações - Essencial 3

### #7

#### Referências - MS (P3), AH

#### Nome

Nutrir Campinas

#### Responsável

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

#### Tempo

2015 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Fornecer às famílias em situação de vulnerabilidade nutricional um cartão magnético, do tipo vale-alimentação, para a compra de alimentos de primeira necessidade.

#### Ações

O Nutrir Campinas vai conceder até 8 mil benefícios ao mês para famílias de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 77,00 e que tenham pelo menos uma criança com até quatro anos de idade ou um idoso acima de 60 anos ou uma pessoa com deficiência. Isso significa um benefício para cerca de 40 mil pessoas.

O valor mensal do cartão será de 26 Unidades Fiscais de Campinas (UFIC), o equivalente a R\$ 72,64 considerando que o valor unitário da UFIC deste ano é de R\$ 2,7941). A distribuição dos cartões será feita pela Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social que também fará o acompanhamento constante do programa.

#### Indicadores

Porcentagem de famílias em situação de vulnerabilidade nutricional atendidas.

## Projetos e Ações – Essencial 4

### #1

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

#### Nome

Plano Diretor de Campinas

#### Responsável

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

#### Tempo

1996 - ...

#### Status

Em Revisão

#### Mandato

-

#### Objetivo

Estabelece os objetivos da política de desenvolvimento urbano, rural, ambiental, social e econômico do Município, define diretrizes para as políticas setoriais e para a gestão de todo o território e prevê os instrumentos para a sua implementação.

#### Ações

Estabelecimento do Plano Diretor que integra o processo de planejamento municipal, estabelecendo normas e instrumentos para a execução dos planos, programas, projetos e ações dos setores público e privado.

Também engloba a legislação orçamentária, tributária, ambiental e urbanística, incluindo a aplicável às áreas rurais, bem como os modelos e formas de gestão da administração pública deverão incorporar as diretrizes e prioridades contidas nesta Lei Complementar.

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 4

### #2

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

#### **Nome**

Lei de Uso e Ocupação do Solo

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

#### **Tempo**

1988 - ...

#### **Status**

Em Revisão

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Definir locais, regiões ou zonas para as atividades urbanas e estabelecer um conjunto de regras de como os lotes devem ser ocupados são os objetos básicos da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS).

#### **Ações**

Estabelecimento de diretrizes para Uso e Ocupação do Solo (LUOS) como base nos princípios Cidade Sustentável, compacta, acessível, da biodiversidade, cultural, agradável, da oportunidade, solidária, segura e da cidadania.

É apenas uma parte do conjunto de ferramentas que compõe a política urbana municipal de Campinas. Assim sendo, é extremamente importante que as propostas e princípios estabelecidos para a revisão da Lei 6031/1988 estejam articulados com aqueles em desenvolvimento no processo de revisão do Plano Diretor (Lei Complementar nº 15/2006), atualmente em curso.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 4

#3

**Referências** - ADS, COP21

### Nome

Grupo Municipal de Trabalho de Empreendimentos Imobiliários Sustentáveis

### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Tempo

2014 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Elaborar as propostas de planos, programas, projetos e ações visando promover sustentabilidade a empreendimentos no Município de Campinas.

### Ações

Implementar programas de incentivos ao desenvolvimento com sustentabilidade, capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, adotando uma série de índices de sustentabilidade.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 4

### #4

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

#### **Nome**

Manual de Obras Públicas Sustentáveis

#### **Responsável**

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### **Tempo**

2013 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Desenvolvimento do Manual de Licenciamento Ambiental de Projetos, Obras e Serviços Públicos Sustentáveis de forma a indicar as diretrizes, medidas técnicas e legais para o licenciamento ambiental das obras e serviços municipais.

#### **Ações**

Desenvolvimento do Manual considerando que os impactos ambientais relativos às ações dos órgãos da administração direta e indireta podem ser mitigados de maneira preventiva baseadas em medidas de apoio técnico a projetos, obras, serviços e infraestrutura urbana municipais, além de regularização fundiária de núcleos habitacionais, visando contribuir para a melhoria na gestão pública.

Manual insere-se no âmbito da criação da Coordenadoria de Apoio ao Licenciamento de Obras, Atividades e Empreendimentos Municipais (CT-ALPS), com o escopo de internalizar as demandas previstas no Programa de Governo e respectivo Plano de Metas, bem como agregar a conscientização e a mudança de paradigmas e entendimentos na administração pública local.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações – Essencial 4

#5

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

<b>Nome</b>	<b>Ações</b>
Caderno do Empreendedor e da Cidade Sustentável	Estabelecimento de uma coletânea de informações da cidade de Campinas para o investidor sobre sua economia, localização geográfica, sistema de transporte, logística e sistema de inovação, hidrografia, vegetação e espaços ambientais, unidades de conservação e patrimônios históricos, culturais e ambientais de Campinas.
<b>Responsável</b>	
Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Trata-se de um conjunto de informações que permite uma visão geral da cidade e seus atrativos, servindo para auxiliar as decisões de investimento e o acesso às informações sobre o município.
<b>Tempo</b>	
2013 - ...	
<b>Status</b>	
Em Execução	
<b>Mandato</b>	
-	
<b>Objetivo</b>	
Mostrar Campinas e sua vocação como cidade empreendedora e sustentável.	
	<b>Indicadores</b>
	-

## Projetos e Ações – Essencial 4

### #6

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

#### **Nome**

Plano Municipal de Saneamento Básico

#### **Responsável**

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### **Tempo**

2013 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

Revisado a cada 04 anos.

#### **Objetivo**

Implementar a Lei Federal nº 11.445/07, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

#### **Ações**

Estabelecimento do Plano de Saneamento que deve abranger as áreas urbana e rural do Município, além de estar articulado com o: Plano Diretor, Plano de Bacias Hidrográficas, Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Plano Municipal de Recursos Hídricos, entre outros. Outro aspecto fundamental é a participação da sociedade, como parte do controle social. Para atender esse item, foram realizadas audiências públicas.

O PMSB deverá conter: diagnóstico da situação atual; prognóstico com os objetivos e metas de curto, médio e longo prazos; programas, projetos e ações para atingir os objetivos e metas; ações para emergência e contingência; e, mecanismos para monitoramento e avaliação da eficiência e eficácia das ações.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 4

#7

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III

### Nome

Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo

### Responsável

Gabinete do Prefeito

### Tempo

2013 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão anual.

### Objetivo

Acompanhar as metas estipuladas e divulgadas no Programa de Governo Municipal.

### Ações

Estabelecimento pela Informática de Municípios Associados - IMA do Sistema IMG - Indicadores de Metas do Governo, funcionando em uma plataforma online interna para acesso dos servidores responsáveis por cada Pasta.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 5

### #1

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21

#### **Nome**

Operação Estiagem

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

1991 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

Revisão anual.

#### **Objetivo**

Minimizar os efeitos previsíveis que acometem o Município de Campinas no período da estiagem.

#### **Ações**

Abordar de forma sistêmica ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação no município de Campinas.

#### **Indicadores**

Número de ocorrências em função de baixa umidade relativa do ar, as quedas bruscas de temperatura e baixa vazão dos mananciais.

## Projetos e Ações – Essencial 5

#2

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Operação Verão

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

1991 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão anual.

### Objetivo

Minimizar os efeitos previsíveis que acometem o Município de Campinas no período chuvoso na cidade de Campinas.

### Ações

Abordar de forma sistêmica ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação no município de Campinas.

### Indicadores

Número de ocorrências em função de variação de índices pluviométricos.

## Projetos e Ações - Essencial 5

#3

Referências - ADS, COP21

### Nome

Banco de Áreas Verdes

### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Tempo

2010 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Estabelecer um banco de dados de áreas verdes do município para auxiliar nas compensações ambientais decorrentes dos processos de Licenciamento Ambiental em Campinas.

### Ações

Desenvolvimento do banco de dados considerando a tecnologia QR Code, que vem a ser um código gerado automaticamente através de um aplicativo gratuito na Internet, e que para a leitura não exige algum equipamento específico, pois basta um smartphone ou tablet com o aplicativo instalado para obter todas as informações cadastradas em cada código QR Code.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 5

### #4

#### Referências - ADS, COP21

#### Nome

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da RMC

#### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### Tempo

2016 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Criar uma linha de base e acompanhar a evolução das emissões de GEE ao longo dos anos, monitorando suas principais fontes e identificando as possíveis reduções nas emissões, auxiliando na formulação de políticas públicas.

#### Ações

Realizar um inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE).

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 5

### #5

**Referências** - MS (P1 e P3), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Conselho das Escolas Municipais

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Educação

#### **Tempo**

1991 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

Mandato de 2 anos.

#### **Objetivo**

Participar e deliberar sobre a Política Educacional do Município.

#### **Ações**

Estabelecer um Conselho Consultivo e Deliberativo composto por 39 membros titulares (profissionais da educação, pais e alunos) e respectivos suplentes. Não paritário.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 5

#6

Referências - ADS, COP21

### Nome

Ônibus Elétricos

### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A

### Tempo

2015 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Substituição da atual frota de ônibus para redução das emissões de CO2.

### Ações

Substituição da atual frota de ônibus por veículos elétricos.

### Indicadores

Número de veículos substituídos.

Volume das emissões de CO2.

## Projetos e Ações – Essencial 6

### #1

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21

#### **Nome**

Programa de Recuperação de Cobertura Vegetal de Áreas com Remoção de Moradias em Áreas de Risco

#### **Responsável**

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

#### **Tempo**

2013 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Recuperar as Áreas Verdes do Município.

#### **Ações**

Implementar Banco de Áreas Verdes no Município .

#### **Indicadores**

Número de plantios de reflorestamento em APPs e nascentes.

## Projetos e Ações - Essencial 6

#2

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

<b>Nome</b>	<b>Ações</b>
Plano Municipal de Saúde de Campinas 2014-2017	Elaboração e implementação do Plano Municipal de Saúde de Campinas objetivando a consonância entre as diversas camadas do planejamento Municipal, sejam elas próprias do Município ou referentes ao planejamento do Município de Campinas articulado com outras instâncias do SUS.
<b>Responsável</b>	
Secretaria Municipal de Saúde	
<b>Tempo</b>	
2014 - 2017	
<b>Status</b>	<b>Indicadores</b>
Em Execução	-
<b>Mandato</b>	
-	
<b>Objetivo</b>	
Harmonizar todas estas ações dentro da política do Sistema Único de Saúde - SUS.	

## Projetos e Ações - Essencial 6

#3

**Referências** - MS (P2), H-III, AH

### **Nome**

Transferência de Renda e Cadastro Social

### **Responsável**

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

### **Tempo**

2014 - 2017

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Realizar a Transferência de Renda para famílias de baixa renda e sua sistematização por meio do Cadastro Social.

### **Ações**

A Coordenadoria de Transferência de Renda e Cadastro Social deve realizar a gestão dos benefícios dos programas de transferência de renda municipais, estaduais e federais, organizando e orientando as ações referentes ao cadastramento de beneficiários, atualização dos bancos de dados e sistematização das informações sobre o pagamento de benefícios.

### **Indicadores**

Número de famílias de baixa renda, utilizando o Cadastro Único de Programas Sociais.

## Projetos e Ações - Essencial 6

#4

Referências - ADS, COP21

### Nome

Programa de Pagamento por Serviços Ambientais

### Responsável

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### Tempo

2014 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Cumprir a Lei que Autoriza o Poder Executivo a Prestar Apoio os Proprietários Rurais e Urbanos Determinado pelo Programa.

### Ações

A alienar créditos decorrentes de serviços ambientais e produtos ecossistêmicos de titularidade do Município, desde que devidamente reconhecidos ou certificados.

### Indicadores

Emissão evitada de carbono em florestas naturais e reflorestamento de áreas degradadas ou convertidas para uso alternativo do solo, vinculada a subprogramas, planos de ação e projetos do Programa ISA Carbono, nos termos da legislação em vigor.

Emissões de gases de efeito estufa no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Comercialização de créditos ou outros ativos baseados em serviços ambientais e produtos ecossistêmicos, inclusive os mercados de redução de emissões de gases de efeito estufa.

## Projetos e Ações – Essencial 6

#5

**Referências** - [MS \(P2\)](#), [H-III](#), [AH](#)

### **Nome**

Plano Municipal de Habitação

### **Responsável**

Conselho Municipal de Habitação

### **Tempo**

2011 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Cumprir a Lei Federal 12.527, de 18 de Novembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de garantir o acesso à informação.

### **Ações**

Elaborar o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social que deve apresentar o diagnóstico da situação habitacional de interesse social da cidade, definir diretrizes, estratégias, linhas de ação, programas, e estabelecer metas para o atendimento das demandas habitacionais municipais.

### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 6

#6

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21

### **Nome**

Município VerdeAzul

### **Responsável**

Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

### **Tempo**

2007 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

Revisão anual.

### **Objetivo**

Estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo.

### **Ações**

Medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios.

### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 6

#7

**Referências** - ADS, COP21

**Nome**

Água de Reúso

**Responsável**

Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A

**Tempo**

2012 - ...

**Status**

Em Execução

**Mandato**

-

**Objetivo**

Estimular a utilização de água de reúso e o tratamento de esgoto doméstico.

**Ações**

Implantação de estações de tratamento fazendo uso de tecnologias de ponta.

**Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 6

#8

Referências - MS (P2), ADS, COP21

### Nome

Plano Diretor de Mobilidade Urbana

### Responsável

EMDEC - Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A

Secretaria Municipal de Transportes

### Tempo

2016 - 2040

### Status

Em Elaboração

### Mandato

-

### Objetivo

Estabelecer políticas públicas claras para o planejamento da mobilidade, seguindo os princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional.

### Ações

Elaboração do Plano Diretor de Mobilidade Urbana de acordo com o artigo 24 da Política Nacional de Mobilidade Urbana, definida pela Lei 12.587/2012.

Entre os critérios estão a apresentação dos serviços de transporte público coletivo, a infraestrutura, a acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição da mobilidade, a operação e disciplinamento do transporte de carga, estacionamentos, mecanismos de financiamento do transporte público e a sistemática de avaliação do próprio plano a cada 10 anos, entre outros.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 7

### #1

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Mapeamento Comunitário de Risco

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2016 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Estimular a comunidade no desenvolvimentos de ações de redução de riscos de desastres e autoproteção para que em situação adversa saiba agir de forma segura e assertiva, minimizando danos e salvaguardando vidas.

#### **Ações**

Representação das características de uma comunidade, informações sobre as ameaças e vulnerabilidades, bem como os recursos disponíveis que possam ser utilizados durante um evento desastroso, como: inundação, deslizamentos de terra, chuvas fortes, baixa temperatura, entre outros.

#### **Indicadores**

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações – Essencial 7

#2

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

<b>Nome</b>	<b>Ações</b>
COLAB	Utilização do COLAB, serviço "on-line" voltado ao atendimento de reivindicações da população, através do qual o cidadão pode fiscalizar, propor e avaliar melhorias para o serviço público em uma rede social criada para esse propósito.
<b>Responsável</b>	
Secretaria Municipal de Comunicação	
<b>Tempo</b>	
2015 - ...	
<b>Status</b>	<b>Indicadores</b>
Em Execução	Número de colaboradores.
<b>Mandato</b>	Número de reivindicações.
-	Número de atendimentos.
<b>Objetivo</b>	
Atendimento de reivindicações da população.	

## Projetos e Ações – Essencial 7

### #3

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Plataforma Campinas Resiliente

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2016 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Auxiliar a população de Campinas e região a se manter bem informada sobre os alertas da Defesa Civil de Campinas.

#### **Ações**

Implantação da plataforma que concentra os alertas da defesa civil, dados sobre índices de chuvas, imagens de radares, umidade relativa do ar, nível dos rios da região, boletins meteorológicos e outras informações coletadas pela Defesa Civil municipal, Defesa Civil do Estado e outros órgãos de monitoramento.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações – Essencial 7

### #4

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### Nome

Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)

#### Responsável

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

#### Tempo

2014 - 2017

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Permitir a visualização das prioridades estabelecidas, suas ações e metas, os recursos disponíveis, bem como, as estratégias para a sua implementação num espaço de tempo determinado, visando à obtenção de resultados.

#### Ações

Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) do Município de Campinas baseado em diagnósticos e estudos da realidade local para a descentralização democrática da assistência social.

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 7

#5

**Referências** - MS (P2), H-III, AH

### **Nome**

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

### **Responsável**

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

### **Tempo**

2015 - 2017

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

Revisão a cada 3 anos.

### **Objetivo**

Atendimento Socioeducativo conforme estabelecido na Constituição Brasileira e nos princípios norteadores fixados na Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU,1989).

### **Ações**

Elaboração do Plano Municipal contemplando estratégias, objetivos, diretrizes e desafios fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos serviços de medidas socioeducativas e no investimento de um trabalho intersetorial envolvendo todo o Sistema de Garantia de Direitos.

### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 7

#6

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Plataforma Transforma Campinas

### Responsável

Gestão de Projetos

Secretaria Municipal de Comunicação

### Tempo

2016 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Aproximação de Entidades Voluntários na construção de uma cidade mais voluntária.

### Ações

Promover o trabalho voluntário, unindo pessoas com interesse em atuar em instituições que desenvolvem seus projetos no município.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 7

### #7

**Referências** - MS (P2), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Sistema 156 - "A Prefeitura e Você"

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Gestão da Informação, Documentos e Atendimento ao Cidadão

#### **Tempo**

1984 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Ser um canal de comunicação entre o cidadão e a Prefeitura, para informações e solicitações de serviços públicos, esses encaminhados para as áreas de execução e resposta.

#### **Ações**

Implantação do Sistema 156.

As solicitações formuladas através do 156, e aí incluímos as relativas à Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/1 - poderão ser feitas via internet, telefone ou de forma presencial nos locais de atendimento informados abaixo. A resposta será através da opção que o interessado indicar no momento da solicitação, que poderá ser impressa ou em meio eletrônico.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 8

### #1

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21, H-III, AH

#### Nome

Comitê Municipal de Gestão de Risco e Gerenciamento de Desastres

#### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### Tempo

2016 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Definir procedimentos aos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

#### Ações

Considerar na gestão de risco um grupo de medidas ou iniciativas adotadas para, de forma eficiente, eficaz e efetiva, realizar as ações necessárias para implementar as estratégias estabelecidas na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, visando reduzir os riscos de desastres ou suas consequências.

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 8

#2

**Referências** - MS (P3), H-III, AH

### Nome

Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Cidadania

### Tempo

2012 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Adesão da cidade de Campinas ao referido protocolo nacional.

### Ações

I - Assegurar a proteção integral aos direitos da criança e do adolescente, da pessoa idosa e da pessoa com deficiência, em situação de riscos e desastres, com objetivo de reduzir a vulnerabilidade a que estiverem expostos;

II - Orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuam em situação de riscos e desastres no desenvolvimento das ações de preparação, prevenção, resposta e recuperação, nos três níveis da Federação.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 8

#3

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Comitê Gestor Municipal de Prevenção e Controle de Arboviroses: "Sala de Situação da Dengue"

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito

Secretaria Municipal de Saúde

### Tempo

2015 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão anual.

### Objetivo

Tem como atribuição precípua o acompanhamento e estabelecimento de estratégias e ações voltadas para a prevenção e combate à Dengue, Chikungunya e Zika Vírus e outras Arboviroses.

### Ações

Promover a intersetorialidade, propiciando ações integradas e coordenadas, bem como favorecer as tomadas de decisões e agilidade nos processos administrativos necessários, operando em forma de Sala de Situação para compartilhamento de informações e análise de dados.

Atualizar o Plano Municipal de Contingência Municipal para o Enfrentamento das Arboviroses.

### Indicadores

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações - Essencial 8

### #4

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21, H-III

#### **Nome**

Grupo de Estudos e Trabalho de Assistência Humanitária (Getah)

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2013 - ... (revisão a ser realizada em 2017)

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Estabelecer procedimentos para o desenvolvimento da política de cooperação humanitária no âmbito municipal com o objetivo de responder, com rapidez, a situações de emergências humanitárias causadas por desastres.

#### **Ações**

Coordenar o Plano Integrado de Gerenciamento de Assistência Humanitária para Situações de Desastres. Consiste em um conjunto de medidas planejadas para socorrer com rapidez e eficácia vítimas em situação de risco.

Adotar princípios humanitários nos assuntos relacionados com a cooperação e assistência humanitária nos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, com neutralidade, imparcialidade e independência como estratégia permanente.

#### **Indicadores**

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações – Essencial 8

#5

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21, H-III

### Nome

Patrimônio Histórico e Cultural

### Responsável

Secretaria Municipal de Cultura

### Tempo

1987 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão a cada 2 anos.

### Objetivo

Definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio histórico, artístico, estético, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental do município de Campinas.

### Ações

Implementar a política de preservação definida pelo CONDEPACC que resulta em uma série de exigências que devem ser obedecidas pela sociedade. Assim, o conselho é também responsável por sugerir ao poder público estadual ou federal as medidas necessárias para garantir esse cumprimento, o que pode incluir até mesmo a modificação da legislação em vigor.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 8

#6

**Referências** - MS (P3), ADS, COP21

### **Nome**

Ação Integrada na RMC

### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### **Tempo**

2012 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Atuação conjunta dos órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil dos municípios da Região Metropolitana de Campinas.

### **Ações**

Elaboração de uma agenda integrada entre os 20 municípios da Região Metropolitana de Campinas.

### **Indicadores**

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações - Essencial 9

### #1

**Referências** - MS (P4), ADS, COP21, H-III, AH

#### Nome

Sistema de Alerta de Desastres de Campinas

#### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### Tempo

2005 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

Monitoramento climático e meteorológico da cidade de Campinas e Região Metropolitana.

#### Ações

Implantação do Sistema de Alerta Precoce e auxiliar nas ações das políticas de redução de riscos de desastres e na tomada de decisão em situações de gerenciamento de desastres.

Ampliando a rede de monitoramento climático e meteorológico, com a utilização de vários sensores e a utilização de informações de radares meteorológicos e ampliando o quadro de agentes e atualmente se utiliza das seguintes ferramentas de Sistema de Alerta de Defesa Civil que realiza a adaptação e transmissão de dados para o TerraMA2, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais -INPE e que provê serviços para busca de dados atuais através da internet e sua incorporação à base de dados do sistema de alerta. O Centro de Gerenciamento de Desastres de Campinas - O Site Campinas Resiliente.

#### Indicadores

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações - Essencial 9

#2

**Referências - MS (P4)**

### Nome

Centro Integrado de Monitoramento de Campinas - CIMCAMP

### Responsável

Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública

### Tempo

2007 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

O serviço tecnológico desenvolvido no CIMCamp auxiliará na prestação de serviços públicos municipais, pelos órgãos e entes competentes.

### Ações

I - detecção de ocorrências,

II - disponibilidade para contato direto entre a Administração Municipal e o munícipe

III - oferta de atendimentos de urgência e emergência, por via telefônica; e

IV - promoção de encaminhamentos de solicitações e/ou reclamações, relativas aos serviços prestados pelo CIMCamp.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 9

#3

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Rede de Alerta de Desastres

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2009 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Garantir a integração e articulação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC, para que, em conjunto, possam promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem.

### Ações

Integrar esforços dos órgãos públicos e da comunidade para fazer frente às adversidades dos desastres causados pela natureza ou por ação do homem, que coloquem em risco a integridade das pessoas, a segurança pública e o meio ambiente.

A Rede de Alerta de Desastres deverá ser mobilizada sempre que qualquer órgão integrante do Sistema Municipal de Defesa Civil, ao avaliar a situação, julgar necessária a intervenção imediata dos diversos organismos de governo e o auxílio externo de recursos humanos e materiais, para prevenir ou minimizar situações de emergência ou estado de calamidade pública.

### Indicadores

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações - Essencial 9

### #4

**Referências** - MS (P4), ADS, COP21, H-III, AH

#### **Nome**

Gestão de Ocorrências de Defesa Civil  
- GODC

#### **Responsável**

Secretaria de Governo do Gabinete do  
Prefeito por intermédio do  
Departamento de Defesa Civil e dos  
órgãos setoriais e de apoio do Sistema  
Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### **Tempo**

2011 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Gerenciar as ocorrências atendidas  
pela Defesa Civil de Campinas, quer  
sejam geradas como prevenção ou em  
situação de desastre.

#### **Ações**

Efetuar o registro, ações,  
acompanhamento e estatísticas das  
ocorrências em toda a cidade,  
permitindo ainda a integração com o  
serviço 156 e a atualização dos dados  
no Sistema de Informações  
Geográficas de Campinas, bem como a  
visualização e marcação dos pontos  
afetados nos mapas. Sistema  
disponível 24 horas por dia, 7 dias por  
semana Acesso via WEB, possibilitando  
utilização do sistema em qualquer  
ponto da cidade.

#### **Indicadores**

Número de ocorrências por  
classificação.

## Projetos e Ações - Essencial 9

#5

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Centro de Operação de Emergência - COE

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2016 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Gerenciamento de situação de crise e operacionalizar a Rede de Alerta de Desastres.

### Ações

Instalação do Centro de Operação de Emergência - COE, de acordo com o Artigo 11 do Decreto nº 19.254, de 19 de agosto de 2016.

A Rede de Alerta de Desastres deverá ser mobilizada sempre que qualquer órgão integrante do Sistema Municipal de Defesa Civil, ao avaliar a situação, julgar necessária a intervenção imediata dos diversos organismos de governo e o auxílio externo de recursos humanos e materiais, para prevenir ou minimizar situações de emergência ou estado de calamidade pública.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 9

#6

Referências - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Plano de Chamada de Defesa Civil

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2016 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Manter em condições excepcionais de acionamento o complexo administrativo que atende as convocações para atendimentos de emergência da Defesa Civil conforme estabelecido no decreto nº 19.135 de 13 de maio de 2016 que reorganiza o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

### Ações

Elaboração do Plano de Chamada do Departamento de Defesa Civil que é definido como um conjunto de atividades empreendidas, orientadas ou sugeridas pela Diretoria do Departamento de Defesa Civil, visando facilitar o desencadeamento e a execução da mobilização em Situação de Normalidade e de Anormalidade

Em situação de desastre as atividades de primeiro atendimento são de responsabilidade do Governo do Município e que os órgãos e setores da Administração Municipal devem disponibilizar os meios e recursos disponíveis para o bom desempenho de suas ações.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 9

#7

**Referências** - MS (P4), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

TerraMA2

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2012 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Estabelecer uma Plataforma de Monitoramento, Análise e Alerta a extremos ambientais, uma ferramenta criada e desenvolvida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

### Ações

Implantação do sistema operacional para monitoramento de alertas de riscos ambientais. O sistema busca dados atuais através da internet e incorpora à base de dados do sistema. Os dados novos são analisados para verificar se uma situação de risco existe, através de uma comparação com mapas de risco ou de um modelo definido. Um alerta é criado para cada situação de risco detectada e notificações de alerta são emitidas para os usuários.

A operação do sistema de alerta requer o acesso a dados atuais de observação e previsão, além da disponibilidade de mapas de risco das áreas observadas ou de modelos matemáticos que definam os riscos.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 9

#8

**Referências** - MS (P4), H-III

### Nome

Plano de Emergência do Aeroporto Internacional de Viracopos

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e de Turismo através da Coordenadoria do Grupo de Gestão e Acompanhamento da Ação Municipal referente à Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos

### Tempo

Não disponível - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

Revisão anual.

### Objetivo

O objetivo do Plano de Emergência (PLEM) do Aeroporto Internacional de Viracopos é estabelecer procedimentos básicos de ação e coordenação a serem executados para responder a emergências que por ventura venham a ocorrer neste aeródromo.

### Ações

Elaboração do Plano de Emergência (PLEM) em conformidade com a legislação vigente e aprovado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 9

#9

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Emergência 199

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

Informática dos Municípios Associados  
- IMA

### Tempo

1991 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Serviço telefônico de emergência, não tarifado, destinado à comunicação de emergência com a Defesa Civil, de âmbito local, tendo como público-alvo a população do município.

### Ações

Possibilitar a comunicação de qualquer telefone (inclusive telefone público, sem necessidade de ficha ou cartão) ao posto de comunicação da Defesa Civil.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 9

### #10

**Referências** - MS (P4), ADS, COP21

#### Nome

SOS-CHUVA (Sistema de Observação e Previsão de Tempo Severo)

#### Responsável

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - CPTEC - INPE

Universidade Estadual de Campinas - Cepagri

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### Tempo

2016 - ...

#### Status

Em Execução

#### Mandato

-

#### Objetivo

O projeto visa desenvolver pesquisa em previsão imediata de tempestades com base no conhecimento adquirido sobre as propriedades físicas das nuvens no projeto temático CHUVA.

#### Ações

Desenvolver pesquisas com base no radar de dupla polarização operando em Campinas, por 24 meses (duas estações chuvosas) para capturar eventos intensos de precipitação que forneçam as bases para o estudo dos processos físicos no interior das nuvens visando aprimorar a previsibilidade em curto prazo, a detecção de severidade e a estimativa de precipitação com radar e satélite em alta resolução temporal e espacial. De forma inédita esse projeto irá instalar detectores de granizo para criar uma base de dados que forneça informações não somente sobre a ocorrência de granizo, mas também do seu tamanho. Além das diversas componentes de estudo, sejam elas ligadas a eletrificação, propagação, crescimento do volume de alguns hidrometeoros, como as taxas de crescimento do topo e dos processos microfísicos, este estudo visa desenvolver o SIGMASOS.

O SIGMA SOS é um sistema de informações geográficas que integra os dados medidos bem como as previsões em curto prazo e os avisos meteorológicos.

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

### #1

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

#### Nome

Plano Municipal Integrado de Gerenciamento de Assistência Humanitária para Situações de Desastres

#### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

#### Tempo

2013 - ...

#### Status

Em Revisão

#### Mandato

-

#### Objetivo

Estabelecer um conjunto de medidas planejadas pela Prefeitura de Campinas para socorrer com rapidez e eficácia vítimas atingidas por Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública e definir procedimentos para o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

#### Ações

Elaboração do Plano Municipal para quando necessário, o conjunto de procedimentos deverá ser desencadeado pelos órgãos que integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC) dentre os quais estão: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Hospital Municipal "Dr. Mário Gatti", Serviços Técnicos Gerais (SETEC), Informática de Municípios Associados (IMA), Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência e Inclusão Social (SMCAIS), Secretaria Municipal de Saúde (SMS) - Departamento de Vigilância em Saúde, Secretaria Municipal de Comunicação (SMC), Secretaria Municipal de Chefia de Gabinete (SMCG), Centrais de Abastecimento de Campinas (CEASA), Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA), Corpo de Bombeiros e Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC).

#### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

#2

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### **Nome**

Remoção de Moradias em Área de Risco

### **Responsável**

Secretaria Municipal de Habitação

### **Tempo**

1990 - ...

### **Status**

Em Execução

### **Mandato**

-

### **Objetivo**

Adoção de medidas para redução de risco de desastres estão integradas a ações de recuperação pós-desastre e atividades de reabilitação.

### **Ações**

Remoção das famílias de forma preventiva, demolição das residências em risco, remoção dos entulhos, e promover a recuperação ambiental da área em consonância com os projetos habitacionais tais como o PAC1 e o PAC2 e projeto Minha Casa Minha Vida. O Minha Casa Minha Vida é um programa do governo federal que tem transformado o sonho da casa própria em realidade para muitas famílias brasileiras. Em geral, o Programa acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos.

### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

#3

**Referências** - MS (P4), ADS, COP21, H-III, AH

### Nome

Programas de Transferência de Renda e Inclusão em Benefícios Sócioassistenciais

### Responsável

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

### Tempo

2014 - 2020

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Disponibilizar serviços financeiros através de crédito, macro e microsseguro disponíveis para as famílias.

### Ações

Realizar articulações com as demais Secretarias para garantir o encaminhamento às linhas de crédito disponível através do Banco Popular da Mulher vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, e FUNDAP - Fundo de Apoio à População de Subabitação Urbana, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

### #4

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

#### **Nome**

Programa Auxílio Moradia

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Habitação

#### **Tempo**

2007 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Atender pessoas ou famílias em situação de risco pessoal e/ou social e não estejam atendidas nos seus direitos sociais básicos no que tange à integridade física, moral ou social.

#### **Ações**

Implementar as modalidades de auxílio:

I - Auxílio Moradia emergencial destinado a pessoas de baixa renda, em situação de vulnerabilidade ou risco social, residentes em áreas de risco de enchentes e desabamentos, quando declarada situação de calamidade pública pelo Chefe do Poder Executivo.

II - Auxílio Moradia emergencial destinado a pessoas de baixa renda, em situação de vulnerabilidade habitacional e de vulnerabilidade ou risco social, residentes em áreas identificadas e monitoradas, onde há indicação técnica e a necessidade de desocupação imediata das moradias.

III - Auxílio Moradia, voltado às mulheres vítimas de violência de gênero que se encontram em situação de abrigo e suas famílias, que foram vítimas de violência de gênero com risco de morte, que após a cessação do risco e esgotadas todas as possibilidades de retorno ao lar e à família extensa ainda se encontrem sem autonomia financeira.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

#5

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Programa Cartão Reforma

### Responsável

Secretaria Municipal de Habitação

### Tempo

2017 - ...

### Status

Em Implantação

### Mandato

-

### Objetivo

Disponibilizar recursos destinados à realização de reparos em unidades habitacionais de famílias com renda mensal de até R\$ 1,8 mil.

### Ações

Implantar o programa onde o auxílio será, em média, de R\$ 5 mil em recursos para cada família beneficiada, podendo este valor chegar até R\$ 9 mil. O programa terá subsídio total do Tesouro Nacional e, como contrapartida, as famílias selecionadas terão de arcar com o custo da mão de obra.

### Indicadores

-

## Projetos e Ações – Essencial 10

### #6

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

#### **Nome**

Regularização Fundiária

#### **Responsável**

Secretaria Municipal de Habitação

#### **Tempo**

2002 - ...

#### **Status**

Em Execução

#### **Mandato**

-

#### **Objetivo**

Promover todos os atos necessários à regularização fundiária e urbanística de núcleos habitacionais encaminhados pela Secretaria de Habitação e pela Companhia de Habitação Popular de Campinas (Cohab-Campinas), com processo definitivo para regularização de loteamentos irregulares ou clandestinos.

#### **Ações**

Realizar levantamentos topográficos, planialtimétricos e cadastrais, por meio de seu corpo de servidores ou mediante contratação de serviços profissionais terceirizados, a que se refere o inciso 2 do artigo 6º da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

E em um primeiro momento, coibir o surgimento desses assentamentos. Já os que se consolidaram, ao longo do tempo, tem sido analisados e serão regularizados segundo as leis vigentes, se passíveis de regularização e com auxílio de outras instâncias governamentais, como forma de inclusão desses núcleos na dinâmica da cidade e de restituição da cidadania às famílias.

#### **Indicadores**

-

## Projetos e Ações - Essencial 10

#7

**Referências** - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Sistema de Gerenciamento de Ações Humanitárias - DONARE

### Responsável

Secretaria de Governo do Gabinete do Prefeito por intermédio do Departamento de Defesa Civil e dos órgãos setoriais e de apoio do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil

### Tempo

2011 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Gerenciamento mais eficaz dos donativos recebidos pela Defesa Civil de Campinas, sejam eles provenientes de pessoa física ou jurídica, durante situações de desastre ou não.

### Ações

Estabelecer procedimentos para no Plano Integrado de Gerenciamento de Assistência Humanitária em Situações de Desastres para o desenvolvimento da política de cooperação humanitária no âmbito municipal com o objetivo de responder, com rapidez, a situações de emergências humanitárias causadas por desastres.

### Indicadores

Em desenvolvimento.

## Projetos e Ações - Essencial 10

#8

Referências - MS (P4), H-III, AH

### Nome

Banco Municipal de Alimentos

### Responsável

Ceasa-Campinas (Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.)

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

### Tempo

1991 - ...

### Status

Em Execução

### Mandato

-

### Objetivo

Arrecadar produtos em eventos, empresas e por meio de parcerias; e distribui entre 105 entidades assistenciais cadastradas, beneficiando em torno de 45 mil pessoas, atendidas por essas instituições.

### Ações

Operacionalizar o Banco Municipal de Alimentos e também realiza ações educativas e recebe uma média de 38 toneladas de hortifrúteis orgânicos por mês da parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Conab compra de pequenos agricultores e distribui a órgãos de segurança alimentar.

Também conforme definido em Lei Municipal deve efetuar a distribuição dos produtos e gêneros arrecadados para unidades de defesa civil municipal, em situações de emergência ou calamidade.

### Indicadores

-



A experiência de Campinas para a redução do risco de desastres é fruto de um planejamento sério, multidisciplinar e multissetorial. Reúne poder público e sociedade civil sob um mesmo propósito.

Trata-se de uma ação que vem colhendo frutos e disseminando experiências para o Brasil e para cidades de variadas partes do mundo interessadas em conhecer melhor essa experiência exitosa.

O Plano de Resiliência Campinas 2017 - 2020, aqui apresentado de forma detalhada, é a contribuição da cidade para expor e inspirar iniciativas semelhantes.

Tem igualmente como missão documentar essa vivência, de modo a mantê-la e, por mantê-la, aperfeiçoá-la com novas contribuições, consolidando as boas práticas desenvolvidas no município.



**PREFEITURA DE  
CAMPINAS**  
A FORÇA DA INOVAÇÃO



**DEFESA CIVIL  
CAMPINAS**

Apoio e Colaboração:



**AISR**

Iniciativa Making Smart Cities  
[www.makingsmartcities.com](http://www.makingsmartcities.com)



**UNISDR**

The United Nations Office for Disaster Risk Reduction